



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 193

**O PARQUE ESTADUAL SERRA DOS MARTÍRIOS/ANDORINHAS
E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOECONÔMICOS, CULTURAIS
E TURÍSTICOS**

**Ligia Teresinha Lopes Simonian
Paulo Moreira Pinto
Raul Ivan Raiol de Campos**

Belém, Maio de 2006

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Regina Fátima Feio Barroso

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Thomas Hurtienne

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Luis Aragon

Francisco de Assis Costa

Oriana Almeida

Rosa Acevedo Marin

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 193

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

O PARQUE ESTADUAL SERRA DOS MARTÍRIOS/ANDORINHAS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOECONÔMICOS, CULTURAIS E TURÍSTICOS¹

Ligia Terezinha Lopes Simonian

Paulo Moreira Pinto

Raul Ivan Raiol de Campos

Resumo:

Nas últimas décadas, a problemática das Unidades de Conservação – UC implicou não apenas questões de natureza ecológica e paisagística, mas também avançou quanto ao tratamento de realidades socioeconômicas e culturais das populações que vivem em seu interior ou nas áreas denominadas entorno. Mas, quanto às políticas e ações públicas, esta transformação concretizou-se com base em tensões, conflitos e violências diversas nessas áreas e em todos os continentes (Simonian, 2000). No Brasil, as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA intimidaram muitas dessas populações e, ainda há uns anos atrás, produziram um terrorismo de Estado e violências generalizadas. Precisamente, na área que é objeto de reflexão neste Paper, sudeste do Pará, no Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas – PESMA e na Área de Proteção Ambiental São Geraldo do Araguaia – APA Araguaia, que aparecem no Mapa 1, a repressão à “guerrilha do Araguaia” atingiu negativamente a população local, principalmente em termos de processos intimidantes.

Palavras-Chave: Cultura. Turismo. Socioeconomia.

¹ A autora e os autores deste trabalho realizaram no mês de setembro de 2005, uma etapa de trabalho de campo no município de São Geraldo do Araguaia, o que incluiu a sede municipal, o rio Araguaia até o PESMA, e as áreas desta UC e a da APA Araguaia, cujo resultado em parte subsidia este *Paper*, o qual, por sua vez, é originado nos problemas de pesquisa da dissertação de mestrado e da tese de doutorado dos autores, respectivamente.

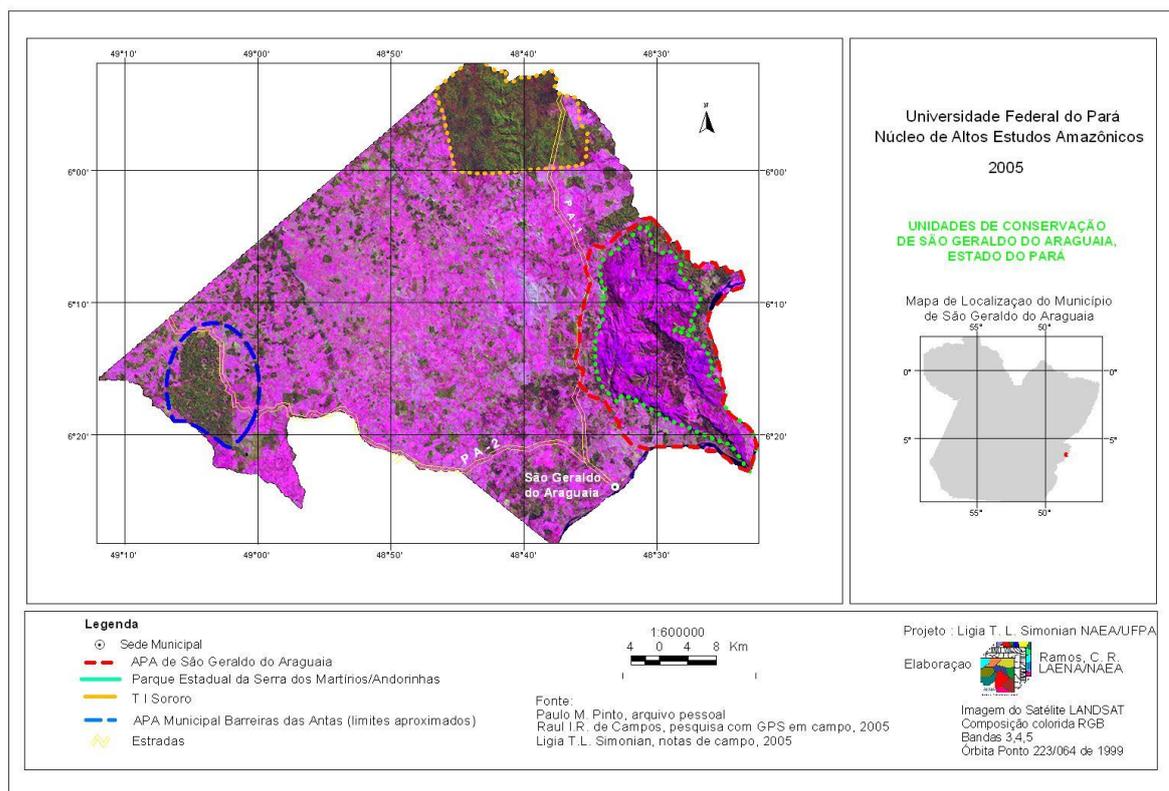
1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a problemática das Unidades de Conservação – UC implicou não apenas questões de natureza ecológica e paisagística, mas também avançou quanto ao tratamento de realidades socioeconômicas e culturais das populações que vivem em seu interior ou nas áreas denominadas entorno. Mas, quanto às políticas e ações públicas, esta transformação concretizou-se com base em tensões, conflitos e violências diversas nessas áreas e em todos os continentes (Simonian, 2000). No Brasil, as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA intimidaram muitas dessas populações e, ainda há uns anos atrás, produziram um terrorismo de Estado e violências generalizadas. Precisamente, na área que é objeto de reflexão neste Paper, sudeste do Pará, no Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas – PESMA e na Área de Proteção Ambiental São Geraldo do Araguaia – APA Araguaia, que aparecem no Mapa 1,2 a repressão à “guerrilha do Araguaia”³ atingiu negativamente a população local, principalmente em termos de processos intimidantes.

A imposição de condições que atentam contra os direitos e interesses dos seres humanos produz resultados os mais tensos, conflitantes senão violentos em termos socioambientais e culturais. Realidades desta natureza têm sido muito comuns em UC, independentemente de suas especificidades, inclusive, como vem sendo posto por autores como Allegretti (2002), Pinto (2000), Quaresma (2003), Santoyo (1992) e Simonian (2003b, 2000), dentre outros. Processos envolvendo esbulho ou expropriação quanto à posse e ou propriedade, destruição dos recursos naturais, abusos e mesmo violência contra as populações que vivem no interior ou entorno das UC, prática de corrupção, de cooptação etc., se encontram muito presentes nessas áreas (Simonian, 2004, 2000; Simonian, Silva, Andrade, Almeida, 2003). E, ante a presença crescente de turistas e ou de empresas ligadas a processos produtivos em UC (Gomes, 2005), contradições novas emergem junto a tais habitantes.

² O PESMA foi criado pelo governo do estado do Pará, através da Lei n°. 5.982, de 25 de junho de 1996 (Pará. Instituto, 1996a), em área de 248,9738 Km² em forma de um polígono irregular como pode ser visualizado na Figura 1. Como zona tampão, a Lei n°. 5.983, de 25 de julho de 1996, cria a APA Araguaia (Pará. Instituto, 1996), composta de três partes descontínuas da Gleba Andorinhas, sendo que a maior envolve uma superfície de 287,8041 Km². Conforme Pará (1989), a Serra das Andorinhas, como é conhecida popularmente, foi tombada pela Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará (SECULT-PA), de acordo com a Lei n°. 4.855 de 26.12.1989.

³ A “guerrilha do Araguaia” constituiu-se em um movimento político e bélico no sudeste do Pará, iniciada em 1966, teve São Geraldo do Araguaia como palco e, a partir de 1972, o exercito brasileiro sufocou o movimento que foi considerado oficialmente exterminado em 1975 (Ferreira, 2003).



Mapa 1: Localização do PESMA e da APA Araguaia no contexto do município de SGdoA, 2005.

Do ponto de vista ambiental e sociocultural, a região em que se situa o PESMA e a APA Araguaia revela contradições que implicam em difícil aceitação, como a literatura especializada aponta e se pôde documentar em campo (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Serra, 1998; Simonian, 2005a). A mesma se encontra praticamente desmatada e queimada, enfim muito impactada por ações antrópicas recentes, o que se aplica em geral ao município como um todo, à exceção da Terra Indígena – TI Sororó e da APA Municipal Barreira das Antas. No entender do secretário municipal do meio ambiente – o engenheiro florestal. João Batista Barbosa Matos (2005, informação verbal/i. v.) – o desmatamento é de 72% do território municipal, mas pelo que viu em *survey* ali realizado e pelo que as imagens de satélite evidenciam, este percentual é bem maior.

No que diz respeito aos recursos hídricos, essa mesma região é banhada a leste pelo rio Araguaia e afluentes da margem esquerda e tem uma cobertura vegetal mista, com espécies tropicais e de cerrado. Esse rio tem sido cantado em prosa e verso, mas sua situação atual é em muito preocupante (Simonian, 2005a). Aliás, pelo que se depreende dos depoimentos de pescadores locais, a piscosidade do rio reduziu muito nos últimos anos, o que atribuem à destruição das matas ciliares, ao uso de defensivos para pastagens e conseqüente assoreamento das margens dos rios e igarapés, e à pesca

predatória⁴. Inclusive, esse assoreamento está a atingir o conjunto de sítios arqueológicos existentes em Martírios, que está se desgastando ano após ano, conforme a documentação fotográfica disponível. E, há pouco, essa área esteve ameaçada pela proposta de construção de uma usina hidrelétrica, a Santa Izabel⁵.

Dentre outros aspectos da questão ambiental, tem-se o lixo disseminado. O município de SGdoA não dispõe de unidade de tratamento de lixo, tanto em termos da cidade, como nas áreas do PESMA, da APA Araguaia e no leito e margens do rio Araguaia; conseqüentemente, a cada momento e por onde quer que se ande, depara-se com amontoados de lixo, de naturezas diversas (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Serra, 1998; Simonian, 2005a). E, por ocasião da pesquisa *in locus*, nada se viu ou ouviu a respeito de medidas possíveis que se tomarão em futuro próximo.

A pensar-se na história e na cultura dessa área, tem-se que está vem sendo ocupada há milênios, sendo que tal processo expandiu-se nos últimos 35 anos. De fato, são muitos os sítios arqueológicos, a exemplo de Martírios junto ao rio Araguaia, por certo o mais importante devido ao conjunto de arte rupestre ali existente (Ehrenreich, ([1884] 1948). E a presença indígena foi importante nessa parte da Amazônia oriental, havendo documentação histórica sobre os Kayapó do norte, os Karayá ou Sambioá e os Kradahó (Nimuendajú, 1938), mesmo que, de acordo com Simonian (1997), hoje se encontre apenas os Aikewara nas proximidades.

A chegada de criadores principalmente de gado *vacum* data de tempos coloniais e, depois, de extrativistas ligados à produção de látex da seringueira (*Hevea brasiliensis* –EUPHORBIACEAE), de castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* H. B. K. (LECYTHIDACEAE) e de pedras preciosas, o que mudou a paisagem social dessa região (Laraia, Matta, 1967). De todo modo, foi nos anos iniciados em 1970 e a partir da repressão à ‘guerrilha do Araguaia’ e da implantação dos ‘grandes projetos’ – rodovias, ampliação da exploração das áreas de minérios, expansão da pecuária de corte etc., que os recursos naturais começaram a ser totalmente explorados e devastados. E, como recentemente documentado (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005a), estes processos foram impostos sem a mínima preocupação com a conservação dos recursos naturais.

A metodologia seguida na pesquisa que produziu os dados ora analisados privilegiou o levantamento documental e bibliográfico, o trabalho de campo de orientação antropológica, o uso do GPS e a documentação fotográfica. E em que pese críticas de tantos pós-modernos, uma releitura de Malinowski (1967) inspirou o trabalho de campo, pois o olhar, o ouvir e o escrever são fundamentais

⁴ Esses pescadores não têm uma associação e, em sua maioria, não são afiliados à Colônia de Pesca Xambioá (TO), a única da região.

⁵ Em 2003, após denúncias feitas pela Fundação Casa de Cultura de Marabá e outras instituições de Marabá, estado do Pará, junto à SECTAM-PA, o consórcio de empresas que ganhara o leilão para a construção desistiu do empreendimento, pois os procedimentos legais quanto a laudos e licenças ambientais e outras não tinham sido respeitados (Evangelista, 2003).

quando de sua realização (Oliveira, 1996). O uso do Global Position System (GPS) (Bridgewater, 1996) possibilitou que se identificassem sítios de importância natural, arqueológica, histórica e sociocultural do PESMA e da APA Araguaia, o que se transferiu para o mapa acima, que revela aspectos territoriais, históricos e culturais. A fotografia foi manipulada enquanto possibilidade de documentação do *status quo*, o que, conforme Edwards (1967), também se constitui em dado a ser analisado.

O que segue é uma discussão acerca de conceitos essenciais para a compreensão da realidade pesquisada, ou seja, o de políticas públicas, gestão, UC, populações tradicionais, conflitos, dentre outros. Logo, apresentam-se os processos históricos sobre o ambiente, sociedade, economia e cultura dessa área. Então, trata-se das transformações socioeconômicas nas UC e nas áreas de entorno em discussão. As tendências atuais dos diversos aspectos que compõem a realidade do PESMA e da APA Araguaia são reveladas, após o que se discute as especificidades destas UC e as similaridades *vis-à-vis* Unidades de outras naturezas. Nas conclusões, delinea-se as questões centrais quanto aos desdobramentos socioambientais das políticas públicas impostas na região e nas UC ali investigadas, as quais sugerem uma contemporaneidade mais do que tensa. Esta, por sua vez, está a anular qualquer possibilidade de transformação que se pautem em sustentabilidade.

2 A “DANÇA DOS CONCEITOS” QUANTO ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, SÓCIOAMBIENTALISMO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

As mudanças de todas as sortes ocorridas ao final do século XX expõem os seres humanos às fragilidades dos avanços tecnológicos e a busca, ao mesmo tempo, de modelos que satisfaçam, ou que ofereçam aos indivíduos explicações plausíveis para continuar sua jornada no dia-a-dia. A quebra dos paradigmas que norteiam a base científica e tecnológica impulsiona, em ordem planetária, estudos cada vez mais complexos que consigam explicar todas as interfaces, positivas ou negativas, envolvidas no processo de acumulação da sociedade contemporânea. Nestes termos, o principal foco desses estudos são as chamadas questões ambientais.

As preocupações ambientais contribuem para nortear inúmeros debates da sociedade contemporânea. As crises emergentes em muitos países mostram o pouco acúmulo de conhecimento que a população mundial tem acerca da problemática ambiental. Isto tem provocado manifestações dos mais diferentes segmentos sociais, o que tem produzido teorias e modalidades novas de organização social (Castells, 1999). Do ponto de vista do poder público, essa problemática incorporou-se a programas e políticas quase sempre pressionados pela emergência de atores sociais novos.

A organização da população e, por conseguinte da sociedade como um todo, tem como principal mote a conquista do que se convencionou denominar de melhoria da qualidade de vida dentre os seres humanos e, por que não dizer, de todos os seres vivos. Considera-se como bandeira principal de luta que o acelerado processo de expansão capitalista tenta escamotear, de várias maneiras, o uso inadequado dos recursos naturais (Leff, 2002). E, a ter-se em vista a finitude destes recursos, a população aglutina-se quanto a seus interesses em diferentes esferas quer seja pública, quer seja privada.

No Brasil, as questões ambientais tomam força a partir da década iniciada em 1960, com o crescimento urbano e a expansão/consolidação do modo de produção capitalista, como uma reação aos impactos negativos da vida urbana e à omissão do Estado frente aos desafios do processo de exploração dos recursos naturais no interior da sociedade capitalista. Esse modelo de desenvolvimento econômico, mesmo eivado de crises, proporcionou o encontro do imaginário e o retorno à natureza em oposição ao estilo de vida tecnoburocrata praticado pela grande maioria dos países. Nesta perspectiva, emergiram focos simultâneos de resistência no país como um todo e também na Amazônia.

E, precisamente na Amazônia, as lutas apresentam-se em um contexto localizado. Dentre as prioritárias, podem inscrever-se as que priorizam a criação de UC ou áreas protegidas, que ao longo do tempo vêm ganhando impulso e pressionando o poder público no sentido da ampliação dos espaços territoriais (Simonian, 2000), que podem ser visibilizados através das lutas pela implementação dos corredores biológicos e dos mosaicos de UC (Brasil. Decreto, 2002). Também, essas lutas buscam soluções para os problemas que são legitimados pelos movimentos da sociedade civil organizada, mas que ainda estão longe de serem solucionados.

O que se designa, contemporaneamente, como movimento ambientalista pode ser datado em duas fases distintas: a primeira que inicia em 1958 e que segue até 1986⁶. Dentre suas características principais estão: 1) a identificação dos problemas ambientais que afligem a humanidade na tentativa de conscientizá-la e, assim, tentar reverter em situações concretas; 2) a que pode ser denominada de fase de transição, após 1986 até os dias atuais, onde as lutas já são reconhecidas pela grande maioria da população mundial e teoricamente convergem para o desenvolvimento sustentável. Para Morin (1997, p. 56), o movimento ecológico nasce de uma conscientização profunda de que “[...] a degradação da natureza é também a degradação da vida humana; mostra-nos que o aniquilamento da natureza leva ao aniquilamento, ao auto-aniquilamento da humanidade”.

O movimento dos atores sociais atualmente conhecidos como “novos” – que começa a se estruturar em torno da defesa da preservação, principalmente, da fauna e flora ameaçadas de extinção

⁶ Observe-se, no entanto, que desde os primórdios da humanidade, com maior ou menor intensidade, houve preocupação, realização de planos estratégicos e cuidados efetivos quanto aos recursos naturais; a respeito, ver Simonian, 2000.

– volta-se para questões socioambientais mais amplas. O mesmo produz modos de pressão que atacam a inadequação na utilização de máquinas e a contaminação dos alimentos por produtos químicos, bem como a poluição das águas e a destruição das florestas. Como se pode observar em autores como Morin (1997) e Capra (1997), o movimento chamado de contracultura ou movimento *hippie*, que tem início nos anos de 1960, passa a ser um grande aliado quanto à conscientização dos problemas ambientais fazendo com que a questão surja como campo de investigações científicas de forma multidisciplinar e balizando políticas públicas que tendem a ampliar o foco de suas atuações.

Portanto, é no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, que se realizou várias reuniões que deram início à consolidação das lutas em torno das questões ambientais, tendo como perspectiva teórica principal o desenvolvimento sustentável, que será alvo de documentos importantes para balizar a coesão entre atores sociais diversos. No Brasil, é em meados dos anos 1970 que surgem nas principais cidades do sul e do sudeste, pequenos grupos cuja principal luta é o combate à devastação florestal e à poluição das cidades, o que se efetiva via denúncias e pressões junto ao poder público. A pensar-se na América Latina e de acordo com Leff (2000, p. 303), as práticas destrutivas do meio ambiente estão entrelaçadas em um círculo vicioso de “[...] degradação ambiental, segregação social e empobrecimento [...]”, que atingem, principalmente, os despossuídos de todos os países em desenvolvimento.

É nessa conexão que o ambientalismo brasileiro se articula com a perspectiva do desenvolvimento sustentável, haja vista que até meados dos anos 1980, a articulação entre ecologia e economia situava-se como distante dos circuitos ambientalistas brasileiros, que na sua maioria via a questão de modo antagônico (Moreira, 1989). Porém, desde então, a Amazônia brasileira passou a ser considerada como o alvo principal de preservação, sendo as lutas em torno da não-degradação da floresta encaminhadas dentro e fora do país, o que provocou debates internacionais sobre a importância da preservação da biodiversidade dessa região. Nessa mesma época, cresceu o movimento ambientalista tendo como fator prioritário a conscientização para adotar fontes de energias limpas, processo que foi provocado, principalmente pela construção de usinas nucleares, ficando claro, portanto, que a luta não se situava em um campo antagônico, mas sim uma imbricação nas áreas econômica, social, cultural e política.

Várias Organizações Não-Governamentais – ONG ambientalistas atuaram e propuseram uma legislação que disciplinasse a construção das usinas e ampliaram o sentido do direito ambiental para problemas como o dos agrotóxicos (Scherer-Warren, 1987). Assim, o movimento ecológico nasce da necessidade de se repensar a ação humana frente aos recursos naturais disponíveis. Sob pressão dos Estados Unidos da América – EUA, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA logo cessou de se referir ao termo Ecodesenvolvimento, como era até então conhecido, em razão do

conteúdo muito radical que era dado a este conceito. No seguimento desta desistência institucional, a expressão mais consensual – Desenvolvimento Sustentável – foi lançada. Por sua vez, o mesmo surge como uma alternativa de desenvolvimento ante os riscos da degradação do meio ambiente, e ganha força na medida em que se incorporavam à discussão as preocupações de cunho social.

O entendimento quanto ao Desenvolvimento Sustentável insere-se, nesse contexto, como uma das propostas mais bem assimilada pelos organismos oficiais que tratam de políticas de desenvolvimento, tanto no âmbito dos Estados-Nações, quanto no internacional, quer sejam instituições de planejamento ou organismos financiadores, porém também houve um processo de sofisticação nessa discussão. Becker (1994), ao analisar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, enfatiza que o conceito não é claro, pois envolve múltiplas e diversas interpretações e que é “uma caixa preta”, que só pode ser compreendido no contexto histórico da ordem em construção sob a desordem global. A essência do novo regime é a internacionalização crescente da economia capitalista associada à modalidade de produção introduzida pela revolução tecnológica da microeletrônica e da comunicação, que por sua vez tem por base o conhecimento científico da informação.

Neste ponto, importa que se enfatize a importância da participação crescente das mulheres nos movimentos socioambientais. Shiva (1995) revela a importância do movimento Chipko na Índia, em que as mulheres defenderam as árvores e florestas com abraços e outras estratégias que se tornaram efetivas e disseminadas. Também, essa autora ressaltou o papel das mulheres no campo da conservação da biodiversidade. Em outras áreas, como na Amazônia, as mulheres têm participado ainda que minimamente das lutas em defesa da floresta, dos direitos de pesca das populações locais etc. (Simonian, 2001)⁷. Porém, e como posto por Cardoso, Leacock e Nash (apud Simonian, 2001) e Simonian (2001), no mais das vezes as mulheres têm estado a se engajar na busca de soluções quanto à sua participação nos processos voltados ao desenvolvimento e, recentemente, quanto à possibilidade de sustentabilidade ambiental e socioeconômica. E como tratado por Simonian (2001), parte significativa dessas mulheres vive em UC ou em áreas do entorno.

Autores, dentre os quais Becker (2004, 1995) e Leff (2002, 2000), ao analisarem o novo modelo, salientam o seu fundamento no uso máximo e ótimo das potencialidades locais quanto a recursos naturais e humanos. Também, esses autores ressaltam a importância da gestão descentralizada do território, entendida como um processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento por meio da discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se, desse modo, o poder local como base do desenvolvimento.

⁷ A pensar-se na participação das mulheres amazônidas em contextos de exploração dos recursos naturais em tempos passados, dentre outros autores, ver Simonian (2006a, 2001).

Portanto, para o movimento ambientalista, o local é de grande importância e, por isso mesmo, não pode ser tomado como um movimento homogêneo e sim como um movimento diverso cujas ações irão caracterizar possibilidades diferenciadas de movimento. Como salienta Castells (1999), é a grande diversidade de ações coletivas, políticas e discursos que torna praticamente impossível considerar o ambientalismo um único movimento. Assim, é de caracterizar-se o ambientalismo como uma modalidade nova de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e a grau alto de penetração.

Ainda para Castells (1999), os movimentos urbanos, feitos por uma comunidade local, são voltados a três conjuntos de metas principais: coletivismo, identidade cultural local e maior autonomia política local, esses três unidos e diferenciados em cada caso chegam a produzir algum significado para a comunidade, e esses movimentos são a principal resistência ao unilateralismo dado pelo capitalismo, estatismo e informalismo. Eles pedem mais participação no desenvolvimento da comunidade, preocupam-se com a conservação de seu próprio espaço, um processo de sobrevivência coletiva de comunidades de baixa renda e se não tiverem resultado de forma alguma, tornam-se movimentos ávidos por destruição. As populações locais, ao montarem seu movimento, constituem fontes específicas de identidades, que se defendem em ordem global construindo não um paraíso, mas sim um bom abrigo.

É nessa diversidade do movimento ambientalista brasileiro que os grupos sociais se mobilizam de modo organizado para o enfretamento direto ganhando força e reconhecimento e aumentando seu poder de negociação frente ao poder instituído. Na Amazônia, o movimento tem se revelado incipiente frente à grande amplitude dos problemas socioambientais. Entretanto, ficou marcada a luta dos seringueiros pela criação de UC da modalidade Reservas Extrativistas – RESEX e os conhecidos “empates” mencionados por Allegretti (1994), cujo objetivo era o de impedir os desmatamentos desvelando uma bandeira de luta importante que é a criação das UC como estratégia de garantir direitos, inclusive, constitucionais. Mas, com as transformações que se seguiram, segundo Simonian (2004, notas de campo/n. c.), produziram um retrocesso nessa direção, pois muitos agroextrativistas estão explorando madeiras e realizando outras atividades que implicam em destruição dos recursos naturais.

Também, há de se destacar a inoperância ou inadequação das políticas públicas no âmbito da UC. Nesta direção, a pesquisa de Quaresma (2002; ver ainda Simonian, 2002) acerca da APA Algodual/Maiandeua, no estado do Pará, revelou em detalhes uma ausência persistente da instituição responsável e de um plano de manejo. Por sua vez, Brito (2000) apresenta uma discussão similar ao considerar a realidade da Praia da Ponta Negra no litoral do Rio de Janeiro e que se localiza na Reserva Ecológica – RE da Juatinga e na APA do Cuiaraçu, quando conclui sobre a existência de “UC

de papel”. Na Floresta Nacional – FLONA do Amapá, desdobramentos dessa mesma ordem foram encontrados (Simonian, Silva, Andrade, Almeida, 2003), uma situação que é bastante generalizada não só no Brasil como em outros países. Nestes termos, limites de ordem política, econômica e burocrática se impõem e conseqüentemente impedem que avanços no sentido da compatibilização entre os interesses da conservação da natureza, da biodiversidade e das populações humanas, notadamente no âmbito das UC.

Note-se, que na maior parte da história da ocupação do território amazônico, desconsiderou-se os interesses da população regional, uma vez que modelos foram aqui impostos e reproduzidos visando o “desenvolvimento” (Allegretti, 2002). A Constituição vigente trouxe possibilidades de mudanças, as quais foram propostas pelo movimento sócioambiental, embora com o decorrer dos anos o resultado esperado pouco tem se concretizado. Por exemplo, e conforme Lima (2005), a se persistir no ritmo atual de devastação 40% da floresta amazônica deverá desaparecer até a metade deste século. Tal devastação é realizada, principalmente, pela pecuária, pelas fazendas de soja e pela exploração madeireira, embora outros segmentos, como os trabalhadores rurais também contribuam nesse sentido⁸.

Assim, é de se repensar os modelos de planejamento de desenvolvimento da Amazônia, e que se leve em conta a sua historicidade na relação ser humano e natureza. A questão das UC, sua criação e sua utilização, também passam por uma mudança nos paradigmas atuais, que têm por base o neoliberalismo político e econômico. No Brasil, havia uma política e uma legislação bem definidas,⁹ porém na prática não vinham sendo aplicadas. É neste sentido que para Pinto e Campos (1993), o meio ambiente e as estratégias para a sua preservação começaram a ser rediscutidos a partir da conclusão e divulgação do “Relatório Nosso Futuro Comum”, de 1987 (Relatório, 1987). Precisamente, a política do país tem estado voltada para o incentivo ao capital estrangeiro, à exploração dos recursos naturais e à ocupação das regiões como a amazônica, através de programas públicos e privados de colonização e, ainda, de incentivos fiscais para o setor empresarial. E, note-se, tais desdobramentos resultaram em processos de exclusão social de milhares de pessoas.

Essa realidade permite que se retome a discussão com relação às UC, uma vez que os governos não avaliam os custos ambientais e sociais da expansão das áreas protegidas, isso independentemente do reconhecimento quanto à sua importância. Por certo, como já afirmava Ghimire (1993), freqüentemente, a expulsão dos moradores das áreas transformadas em UC acarreta um

⁸ Em relatório de Kaimowitz et al. (2003) para o International Center for Forestry Research – CIFOR, a área acumulada de desflorestamento da Amazônia brasileira⁸ aumentou de 41,5 milhões de hectares em 1990, para 58,7 milhões de hectares em 2000. Ainda, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, cerca de 18,9 mil Km² foram desmatados na Amazônia entre agosto de 2004 e julho de 2005.

⁹ Exemplar a respeito é o Código Florestas, de 1965, por muito tempo considerado um dos mais avançados.

sobreuso dos locais, em conflitos generalizados, quer de ordem interna ou externa. Nesta direção, a expulsão dos moradores tem contribuído para com a degradação das áreas das UC, uma vez que, não raramente, por falta de fiscalização, indústrias madeireiras, de mineração e populações de origens diversas que ocupam o entorno invadem-nas para explorar ilegalmente seus recursos naturais. No entanto, é de observar também, que a presença humana no interior ou entorno dessas áreas pode transformá-las em *loci* privilegiados para a pesca, a caça e a exploração de recursos vegetais.

Assim, por meio das ONG e de outras modalidades de organização, a sociedade civil questiona a ação do poder público que cria essas áreas, mas que dificilmente as implementa. Nesta direção, seria importante ter-se um planejamento adequado para que essas áreas se tornem ‘produtivas’ e não tidas como ‘recursos perdidos pela comunidade’. Desse modo, o planejamento eficaz de uma UC passa por esta visão totalizadora da realidade amazônica, onde a busca de soluções enfrenta as forças políticas do Estado e a mudança do modelo de desenvolvimento (Brasil. Sistema, 2000; Simonian et al., 2004). E, segundo Moreira (1989), a natureza das pressões sobre o Estado moderno passou a ser posta politicamente e não pelo processo impessoal de mercado. De fato, a consciência ecológica se constrói na busca de tecnologias alternativas, visando superar ou restringir os impasses que o padrão tecnológico coloca ao meio ambiente e à cultura.

3 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS QUANTO AO AMBIENTE, A SOCIOECONOMIA E A CULTURA NA ÁREA

A Serra dos Martírios/Andorinhas e arredores foi, por certo, um *locus* privilegiado para os indígenas que sucessivamente ali viveram. De fato, desde o primeiro contato dos viajantes com essa área, um dos aspectos que chamou atenção foram os recursos naturais. Ehrenreich ([1884] 1948) descreve no rio Araguaia a existência de ilha com vegetação espessa, as margens do rio com praias arenosas, onde atrás das mesmas erguia-se vegetação exuberante, porém não muito extensa que logo dava lugar aos campos cobertos com árvores de menor porte. Ainda, o autor destaca as áreas para plantio de lavoura que se localizariam ao longo do curso d’água do rio e, ainda segundo ele, tinha solo adequado para várias culturas.

Essa área é marcada por elevações que atingem cerca de 600 metros de altura. Elas formam “[...] cristais e topos aplainados, limitados por extensos paredões. A área é irrigada por inúmeros igarapés que deságuam no rio Araguaia [...]” (Atzingen; Mattos, 1995, p. 2); aspectos dessas paisagens pode se ver nas Figuras 1, 2 e 3. Os recursos naturais são típicos de floresta tropical úmida do subtipo, sub-montana (Pará, 1996) que, de acordo com Atzingen e Mattos (1995), apresentam oito ecossistemas: floresta esclerófila (cerrado-cerradão), floresta pluvial subperenifolia aberta mista

(floresta mista), floresta pluvial subperenifolia densa (floresta densa), floresta decídua (carrasco), floresta ciliar (floresta de galeria), parque (veredas), campo litológico e floresta pluvial perenifolia hidrófila (floresta de várzea).



Figura 1: Paredão no topo da Serra dos Martírios/Andorinhas.
Foto: L. Simonian, 2005.

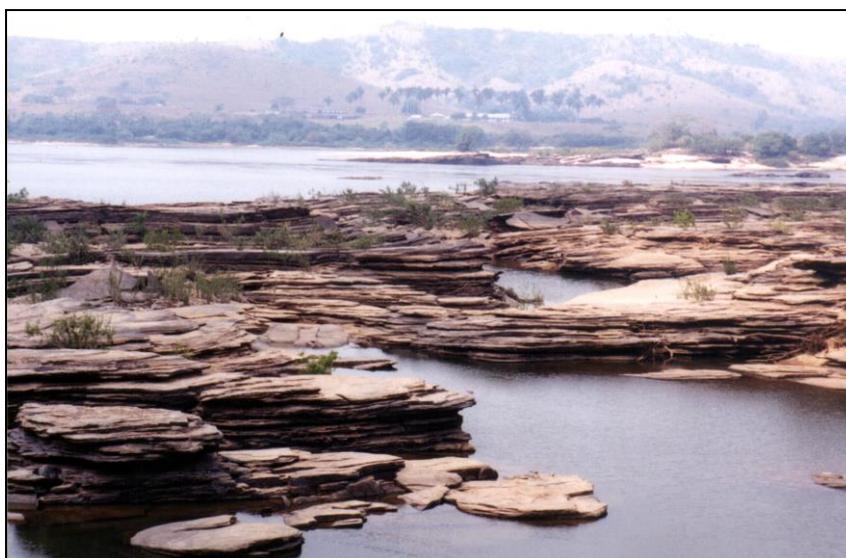


Figura 2: Formas geológicas na Serra dos Martírios/Andorinhas.
Fonte: L. Simonian, 2005.

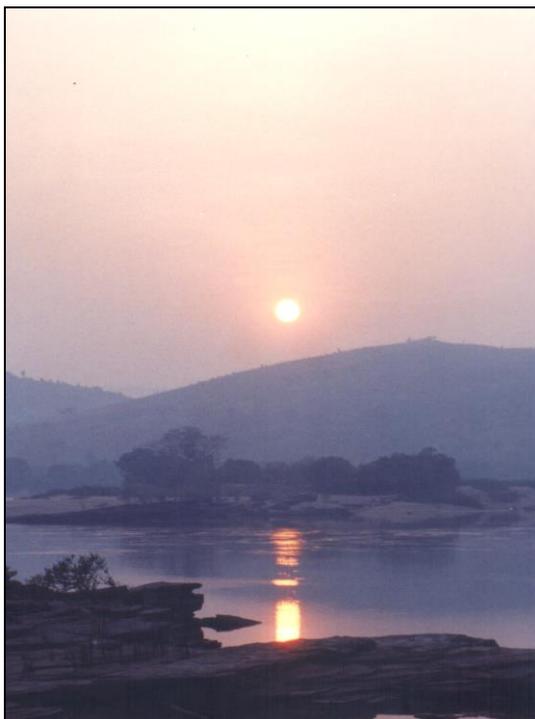


Figura 3: Amanhecer no rio Araguaia. Foto: L. Simonian, 2005.

Nesta diversidade natural, já foram identificadas cerca de 200 espécies de grande porte, 56 espécies frutíferas, 51 espécies de plantas medicinais, 14 espécies de palmeiras etc. (Maurity, Atzingen, Crescênio, 1999). Em relação à fauna, já foram identificados mais de 580 espécies de animais vertebrados, sendo que dessas espécies, 26 estão na lista dos ameaçados de extinção (Maurity, Atzingen, Crescênio, 1999). Outra característica importante quanto a recursos naturais na Serra dos Martírios/Andorinhas é a presença de cachoeiras, sendo que foram identificadas 26 até o presente; isto sem considerar, segundo informação dos moradores (Campos, 2005b), as que se formam durante o período chuvoso.

Entretanto, a pensar-se em ecoturismo e em turismo histórico-cultural, todo esse potencial é desperdiçado no contexto das políticas públicas estaduais voltadas para a APA Araguaia e o PESMA ali implantados; na Figura 4, vê-se uma das placas desse Parque. Nestes termos e como assinala Pinto (apud Pinto, W., 2005), a população do entorno e que vive na APA Araguaia, não está sendo beneficiada pelo turismo desenvolvido nessas áreas. Como se verá oportunamente, as experiências turísticas desenvolvidas nessas UC distam muito dos interesses dos seus habitantes; de fato, as evidências disponíveis sugerem que pessoas, grupos e mesmo empresas alheias a essa realidade é que tem se beneficiado.



Figura 4: APA Araguaia e PESMA – Placa de identificação,
Colocada pela SECTAM-PA. Foto: L. Simonian, 2005.

Em relação aos recursos culturais existentes nessa área, destacam-se cavernas, grutas e sítios com pinturas e gravuras rupestres que, em parte, foram documentados desde Ehrenreich ([1884] 1948). Mais de 100 sítios arqueológicos e 5.500 pinturas e gravuras rupestres já foram identificadas. Material lítico foi encontrado e em parte se encontra exposto no Museu da Guerrilha do Araguaia – MGA, como se vê na Figura 5¹⁰. E, na ilha dos Martírios, já foram reconhecidos 1.130 painéis com 4.836 gravuras rupestres, e o sítio Pedra Escrita possui 600 gravuras rupestres (Atzingen et al., 1996), o que se vê em parte na Figura 6, a seguir.



Figura 5: Vista parcial do acervo exposto do MGA, de SGdoA.
Foto: L. Simonian, 2005.

¹⁰ Esse material, juntamente com o restante do acervo desse Museu, ainda está por ser catalogado, analisado, armazenado e exposto adequadamente, ou seja, de acordo com os padrões científicos e museológicos contemporâneos, sob pena de vir a se perder em um futuro próximo.



Figura 6: Vista parcial do Sítio Pedra Escrita.
Fonte: L. Simonian, 2005.

Recentemente, descobriu-se sítios novos, envolvendo aspectos geológicos e culturais. Precisamente, são “[...] 13 novas cavidades geológicas na região conhecida como Agulha das Pedras [...]. Com [estas] descobertas, sobe para 412 o número dessas cavidades [...] (Cavernas, 2005, p. 3) na Serra¹¹. A expressiva quantidade de sítios arqueológicos torna esse patrimônio um componente que teria que ser reconhecido como importante nas propostas de políticas públicas, o que há algum tempo foi ressaltado por Pinto (2000). E, contemporaneamente, essa concepção pode ser apreendida como central quanto a possíveis propostas que envolvam projetos de desenvolvimento sustentável para as UC ali existentes e para as populações locais.

Na perspectiva econômica, o “ciclo” das bandeiras (1590-1618) é importante nessa área porque, conforme aponta Ferreira (1977), seu objetivo era econômico e visava à descoberta de ouro, prata, pedras preciosas e outros metais, sendo que o apresamento de índios era uma atividade

¹¹ Note-se, que nesta descoberta, uma das cavernas “[...] com cerca de duzentos metros desenvolvimento está situada a mais de 500 metros de altitude, o que lhe valeu o nome de Porta do Céu [...]” (Cavernas, id., ibid.).

secundária devido o insucesso da descoberta de ouro; os índios também eram capturados para ajudar na lavoura. Segundo o autor, o interesse pelos Martírios foi causado pela descoberta de minas de ouro de Mato Grosso em 1719 e em Goiás em 1722-1725. Contudo, observa o autor, era necessário desvendar o roteiro dos Martírios, pois havia três possíveis rotas para chegar ao local: uma pelo rio Araguaia e duas pelo rio Paraupava. O primeiro era conhecido, mas o segundo era um mistério. Porém, o próprio Ferreira desvendou o mistério através de documentos da Bandeira de André Fernandes (1613-1615), a saber, o de que o rio Paraupava foi, no contexto colonial, o primeiro nome dado ao rio Araguaia.

Foi a partir dos anos de 1770, que se fizeram contatos mais sistemáticos com os indígenas Xambioá, a partir dos Karajá, com quem eram aparentados. Apesar disto, eles falavam uma língua isolada e habitavam uma área mais ao norte, comparando-se com o habitat dos Karajá (Hemming, 1987). Os Xambioá podem ter enfrentado as expedições do comandante militar de Goiás, João de Guidões Pinto da Silveira de 1755, que resultou na dizimação de parte significativa deles (Hemming, 1987). Mais tarde, em 1775, José Pinto da Fonseca foi ter entre os Karajá, onde desenvolveu uma política esclarecida. E, embora seja provável que os Xambioá tenham ficado por décadas isolados dos não índios, Castelnau ([1844] 1949) e seu grupo, em sua descida pelo Araguaia, não foram os primeiros a contatar com as aldeias desses indígenas. De todo modo e ainda nessa época, eles eram considerados índios muito ferozes (sic), principalmente por já terem sido atacados por soldados portugueses.

Entretanto, os registros de meados do século XIX ressaltam a centralidade da economia no contexto indígena dessa área. Assim, Castelnau ([1844] 1949) percebeu a importância da perspectiva econômica do local, tendo registrado que esses indígenas eram muito industriais por fazer plantações de banana (*Musa paradisiaca*), legumes, cultivar algodão (*Gossypium hirsutum*) e fabricar cerâmica bem trabalhada e resistente. Por sua boa relação com os Xambioá, ele conseguiu abrir ao comércio a navegação do Araguaia; também, considerou que tais indígenas seriam de grande ajuda com os viajantes futuros, em especial como fornecedores de víveres e como guia nas corredeiras. Em 1846, ainda de acordo com as pesquisas de Hemming (1987), Rufino Theotino Segurado, também a mando do governador de Goiás, adentrou-se nessa área e contactou o chefe Xambioá, conhecido como Caro, e com ele e seus liderados manteve uma relação inicial amigável.

Em meados do século XIX, destacou-se a importância econômica dessa região do ponto de vista da navegação, migração, pesca, agricultura e pecuária. Sobre a navegação fluvial, Magalhães ([1852] 1975) dizia que o transporte pelo rio Araguaia tinha redução de 200% no custo do frete; ele defendia a migração para as margens do rio Araguaia devido à fertilidade do solo para atividade agrícola. Em relação à agricultura e à pecuária, o mesmo autor menciona:

Nas margens do Araguaia, o algodoeiro cresce por uma forma tal, que fica desconhecido às pessoas que por aí viajam; a reprodução do gado [BOS] é anual, e ele vive sempre gordo, visto que, no tempo das águas, tem verdes os pastos das montanhas e terrenos elevados, e, no tempo seco, tem as várzeas do rio, das quais, afastando-se as águas, brota um capim [GRAMÍNIAS; CIPERÁCEAS] especial a esse terreno, cujo talo tem a grossura da cana [*Saccharum officinarum*] e que, dando sementeiras como arroz [*Oryza sativa*], oferece uma nutrição sumamente apetecida por toda a sorte de ruminantes (Magalhães, [1852] 1975, p. 78).

Portanto, historicamente as atividades agrícolas, mas também as pesqueiras – primeiramente com os índios – e as atividades pecuárias no século XIX, demonstram a importância ecossistêmica desta região para tais possibilidades produtivas e o interesse econômico por ela. No que diz respeito à pesca, vê-se na Figura 7, a persistência dos profissionais da área, apesar da redução do pescado; e, quanto à pecuária, na Figura 8, tem-se uma vista parcial do desmatamento e da implantação de pastagens.



Figura 7: Os pescadores Evaldo Américo da Silva, 41 anos e Gaspar Fernandes de Lima, 48 anos trabalhando no rio Araguaia. Foto: L. Simonian, 2005.



Figura 8: Morro desmatado e com pastagem plantada¹². Foto: Ligia Simonian, 2005.

Por sua vez, frei Francisco do Monte San Vito, que tinha uma péssima reputação quanto a seu trabalho com os índios, fora enviado em 1859 ao Presídio Santa Maria, aonde, em conjunto com o chefe pela Guarda Nacional prepararam uma expedição punitiva contra os Karajá. Porém, antes de agir ele foi atacado por esses indígenas, mas revidou tal ação e os aniquilou (Hemming, 1987). Ainda com base neste mesmo autor, Couto de Magalhães estimou entre sete e oito mil índios junto ao Araguaia em 1862, precisamente de Karajá, Xambioá e Javaé. Note-se que, à época, nessa região, existiam cinco presídios – São José, Santa Isabel do Morro, Santa Maria, Xambioás e São José dos Martírios. Pela própria toponímia, percebe-se que estes dois últimos incidiam junto à área que hoje integra o PESMA e a APA Araguaia.

Dez anos depois, ou seja, em 1872, o missionário católico Savino de Rimini foi enviado aos Xambioá. Mas, tão logo chegou, ele entrou em embate corporal com o chefe dos Xambioá Karajá – o Deorodós (Taubaté, Primeiro, apud Hemming, 1987). Os liderados deste foram acusados de furto de sal, tendo um dos auxiliares de Rimini arremessado um machado na espinha do indígena e o matado. Absolvido, ele retornou à localidade de Xambioá, mas não sem ameaçar e intimidar os indígenas. Também, consta que Rimini e o chefe militar local exterminaram minimamente 30 desses indígenas e feriram outros 30. A esses processos seguiu-se a dispersão, miscigenação e ou mesmo morte desses indígenas.

A partir de então, apenas nos anos iniciados em 1960 e 1970, os municípios de São Geraldo do Araguaia – SGdoA (Pará) e Xambioá (TO) voltariam a se tornar marcantes para a região.

¹² O mesmo localiza-se na margem esquerda do rio Araguaia, entre SGdoA e a vila de Santa Cruz dos Martírios.

Principalmente, tal importância se deve à guerrilha do Araguaia – ver Figura 9, à repressão militar empreendida contra esta ação guerrilheira e à expansão pecuária, o que se pode facilmente deduzir a partir da visualização do Mapa 1, que aparece no início deste trabalho, pois um desmatamento sem precedentes disseminou-se nessa região. Neste sentido, contribuíram as políticas de integração da Amazônia ao restante do país, que efetivaram a troca da floresta por gado, o que, inclusive, como se vê na Figura 10, se transformou em símbolo cultural central da região.



Figura 9: Aspecto da exposição sobre a guerrilha do Araguaia, montada pelo MGA, de SGdoA.
Fonte: L. Simonian, 2005.



Figura 10: Representação do boi (*Bos taurus*) em painel de propaganda, em SGdoA¹³. Fonte: L. Simonian, 2005.

Desde então, o ecossistema regional vem sendo sistematicamente agredido pelas queimadas, destruição das matas ciliares, assoreamento do rio Araguaia e dos rios e igarapés tributários. Esse processo é disseminado, ocorrendo para além das proximidades das vilas de Santa Cruz dos Martírios – esta localizada na APA Araguaia, e Sucupira – cuja localização ocorre tanto no PESMA como nessa mesma APA, portanto, no município de SGdoA –, pois atinge toda a Serra dos Martírios/Andorinhas e demais áreas de SGdoA, como se observou durante pesquisa de campo recente¹⁴ e pode ser visualizado na imagem de satélite que serve de base para a localização das UC desse município (ver Figura 1). E, conforme o depoimento do responsável atual pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (J. B. B. Matos¹⁵), 72% do território desse município se encontra desflorestado.

Ainda, diga-se que este processo destrutivo se fez à revelia dos interesses da sociedade brasileira e na ausência total das autoridades que teriam por dever de ofício fiscalizar e até punir os culpados por tamanha ação criminosa etc., aliás, como dispõem o Código Florestal e o SNUC (Brasil. Lei, 1965; Brasil. Sistema, 2000) De fato, tal processo sequer poupou as áreas territoriais das UC criadas nessa região pelo estado do Pará – o PESMA e a APA Araguaia. As finalidades dessas

¹³ Esse painel encontra-se na chácara da família do fazendeiro Palmiro Vilela, falecido em 2005 e que foi presidente do Sindicato Rural de São Geraldo Araguaia – SR de SGdoA; por sua vez, essa chácara localiza-se na rodovia PA 150 ou “rodovia dos guerrilheiros”, um pouco antes da entrada na cidade de SGdoA, no sentido Marabá-SGdoA.

¹⁴ Conforme anotações e documentação fotográfica produzidas em campo; ver nota de roda-pé n°. 4.

¹⁵ Ver nota de roda-pé n°. 3.

Unidades, de acordo com a legislação vigente, é a de conservar tanto o patrimônio ecológico como o cultural-arqueológico nessas áreas existentes, o que não vem sendo garantido pelo Estado e pela sociedade.

4 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA ÁREA E ENTORNO

A consciência ecológica para superação do quadro de degradação sofrido durante esses anos em áreas como as do sudeste e do sul do Pará, está sendo alvo de políticas que, minimamente, pretendem mitigar os impactos negativos ocorridos em municípios que historicamente vem se caracterizando por perdas de várias ordens. Em SGdoA, tal realidade não é diferente, pois também faz parte do contexto acima, que é comum na área em estudo. Por sua vez, este pertence à mesorregião do sudeste paraense, microrregião de Redenção, com as seguintes coordenadas geográficas: 06°23'18" S e 49°32'54" W Gr (Pará, 1988). Ainda de acordo com a mesma fonte, SGdoA tem como limite: ao Norte, os municípios de Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá; a Leste, Palestina do Pará e o estado do Tocantins; ao Sul, Tocantins; e a Oeste, os de Piçarra e Eldorado dos Carajás.

E, como se pôde observar *in loco*, a microrregião políticoadministrativa de Redenção é de criação recente¹⁶. Dentre os municípios que a integram destaca-se: Piçarra, criado através da Lei nº. 5.934, de 29 de dezembro de 1995; Eldorado dos Carajás, criado pela Lei nº. 5.687, de 13 de dezembro de 1991; Palestina do Pará, instituído pela Lei nº. 5.689, 13 de dezembro de 1991; e São Domingos do Araguaia instituído pela Lei nº. 5.706, de 27 de dezembro de 1991 (Pará, 1995; 1991). Estes têm sua história ligada à atuação do Batalhão de Engenharia e Construção – BEC, que com o objetivo de abrir estradas¹⁷ fez surgir a partir dos locais onde erguia acampamento alguns destes municípios. E, ressalte-se, como apontam documentos da Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins – AMAT (Associação, 1996), que a atuação da equipe de profissionais, principalmente da área da saúde deste Batalhão, é que determina, pela necessidade de atendimentos médicos, o assentamento dos futuros povoados.

O município de SGdoA foi criado através da Lei nº. 5.441, de 10 de maio de 1988, tendo sido desmembrado de Xinguara. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil. Instituto, 2000), a área territorial é de 3.269,54 Km². Tem sua história de ocupação

¹⁶ Fazem parte dessa microrregião, os municípios de Pau D'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, SGdoA, Sapucaia e Xinguara (Pará, 1998).

¹⁷ Esse Batalhão foi responsável pela construção das estradas Operacionais – OP, que junto com a abertura da rodovia Transamazônica possibilitaram a chegada de um contingente significativo de migrantes, nos anos de 1970 (Pará. Instituto, 1995).

territorial ligada ao garimpo Chiqueirão, que abrangia terras à margem direita do rio Araguaia, onde está localizada a cidade de Xambioá, no Tocantins. De acordo com documentos do extinto Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará – IDESP (Pará. Instituto, 1996a), o garimpo atraiu migrantes de todas as regiões do país com intuito de explorar os cristais de rocha encontrados na região; na Figura 11, aparece um desses migrantes, que atualmente vive em Xambioá. De acordo com dados preliminares para 2005 (Pará. Gerência, 2005, p. 8), em SGdoA, existem 27.301 pessoas residentes, sendo que deste número 11.784 habitam a área urbana do município e 15.517 pessoas estão nas áreas rurais. Ainda de acordo com a mesma fonte, desde o ano de 2000, tem havido um decréscimo anual da população municipal.



Figura 11: Baltazar Moraes da Silva, 41 anos, ex-lapidador, que vive em Xambioá – TO, mostrando algumas das pedras com as quais trabalha. Foto: L. Simonian, 2005.

Desde o garimpo Chiqueirão, cuja paisagem atual se vê na Figura 12, os habitantes de São Geraldo tinham no extrativismo mineral sua fonte de subsistência (Pará. Instituto, 1996a). Após o esgotamento do garimpo, que estava mais para o território de Xambioá, passou-se ao extrativismo da castanha-da-amazônia, a partir de um barracão para compra deste produto erguido em 1953 e conhecido por Dona Leocádia, que era a esposa do senhor João Rego Maranhão comprador desses frutos; foi justo nesse local que surgiu o povoamento do futuro município (Pará. Instituto, 1996a). Inclusive, o nome de SGdoA é uma homenagem a Geraldo – um filho falecido do casal.



Figura 12: Área do antigo garimpo Chiqueirão, junto ao rio Araguaia. Fonte: L. Simonian, 2005.

Após vários reordenamentos provocados por programas advindos de políticas públicas, notadamente o Programa de Desenvolvimento da Amazônia – PDA, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, o executivo federal criou o Grupo Executivo do Araguaia-Tocantins – GETAT, cujo objetivo era a minimização dos conflitos agrários (Redig, Gorayeb, 2003). Entretanto, várias mudanças estavam em curso e dentre elas estava a adoção de atividades pecuárias, que passaram a ser priorizadas, tendo provocado vários impactos ambientais. Por sua vez, a vegetação do município é representada pela floresta tropical úmida, do subtipo submontana em relevo aplainado e pela floresta aberta mista, ou cocal, que recobre a maior extensão. Nas porções mais elevadas, da Serra das Andorinhas e da Serra Tira Catinga, predomina formações subarbustivas e arbustivas do tipo campo cerrado (Pará, 1998). Ainda, nota-se a intensiva implantação de projetos agropecuários em diferentes pontos periféricos do município, onde a floresta primitiva foi removida pela ação do desmatamento.

É importante ressaltar os aspectos da cobertura vegetal, porque a região possui dez ecossistemas (Universidade, 2002) que incluem: o cerrado, que ocupa área acima de 250m; a floresta mista que abrange a faixa de 200 m; a floresta densa em áreas baixas próximas ao rio; a vegetação de carrasco nas encostas; floresta de galeria ou mata de galeria ao longo dos vales; vegetação de parque pequenas áreas acima de 400 m; campos litológicos em pequenas áreas acima de 500 m; florestas de várzea adjacentes ao rio; floresta secundária; vegetação de pastagens ou roçado.

Do ponto de vista geológico, essa área faz parte do cinturão araguaia. De acordo com o entendimento de Gorayeb e Moura (apud Universidade, 2002), o mesmo integra as formações geológicas originadas no período neoproterozóico (entre 850 e 550 milhões de anos). A unidade maior do cinturão araguaia é o subgrupo baixo araguaia que foi subdividida nos grupos estrondo e tocantins, sendo que o grupo estrondo nesta área desdobra-se nas formações morro do campo e xambioá (Gorayeb, Moura, apud Universidade, 2002). Ainda segundo estes autores, na Serra das Andorinhas, bens minerais diversos foram identificados, dentre os quais: cristal de rocha (quartzo), quartzo leitoso, quartzo fumê, ametista, opala, titanita, cianita, turmalina, granada, quartzo tricolor, quartzo rutilado e rutilo.

Na hidrografia, destaca-se o rio Araguaia e Sucupira que são navegáveis. O Araguaia que tem sua nascente no Centro-Oeste é economicamente importante para os municípios de São Geraldo e Xambioá (Pará. Instituto, 1995). Recebe vários rios, córregos, ribeirões e grotas, destacando-se alguns, como os ribeirões Perdidos e Gaúcho; córregos São Raimundo ou Bazarreto, Rico, Santo Antônio da Grota Vermelha e São Domingos; e os rios Itaipavas e Gameleira, sendo este o limite natural entre os municípios de SGdoA e Brejo Grande do Araguaia. No sentido centro-norte, os rios vertem para o Tocantins, destacando-se os rios Sororó, Sorozinho e Cardoso (Ferreira, 2003). O riacho Santa Cruz, além da beleza cênica, serve a vila Santa Cruz dos Martírios.

A pensar-se em termos de biosociodiversidade, como já mencionado, nesse Parque, identificou-se ecossistemas distintos (Fundação, 2001, 1997). Ainda segundo estas publicações, localizaram-se: 94 sítios arqueológicos (três de artes rupestre, com 5.436 gravuras e 60 pinturas); 42 cavernas, sendo que a maior delas possui mais de 1.000m de comprimento, 30 grutas; 20 cachoeiras¹⁸; 580 espécies de animais vertebrados (dos quais 26 estão na lista dos ameaçados de extinção); dezenas de estruturas ruiformes; mais de 200 espécies de árvores de grande porte; 34 cachoeiras algumas com mais de 70 m de queda livre; 80 espécies de orquídeas; 51 plantas de uso medicinal.

Instituições diversas têm se envolvido em trabalhos de pesquisa sobre a região e/ou de elaboração de políticas voltadas principalmente ao PESMA e à APA Araguaia. Dentre as mais antigas, tem-se Fundação Casa da Cultura de Marabá – FCCM, a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará – SECTAM-PA, a Fundação Serra das Andorinhas – FSA,¹⁹ o

¹⁸ Além deste total, outras seis cachoeiras já foram identificadas (Campos, 2005b), o que já foi indicado anteriormente.

¹⁹ Alguns feitos desta Fundação estão descritos em Atzingen e Mattos, 1995. Suas sucessivas direções vêm enfatizando o turismo no PESMA e na APA Araguaia, mas sem resultados quanto aos interesses da população local. No momento a mesma passa por uma crise, pois perdeu o controle sobre a sede que mantinha junto à vila de Santa Cruz dos Martírios, encontrando-se o caso em disputa judicial, conforme entrevista feita com a presidenta atual, a professora Maria de Lourdes da Cruz Silva Freitas (2005, i. v.). Também, o patrimônio da FSA existente na cidade de SGdoA se encontra dilapidado, devido a problemas de gerenciamento da gestão anterior.

Grupo Espeleológico de Marabá – GEM, Grupo Espeleológico Paraense – GEP, Sociedade Paraense de Orquidófilos – SPO, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Universidade Federal do Pará – UFPA e, mais recentemente, tem-se também a Universidade de São Paulo – USP e a Universidade de Brasília – UnB. As pesquisas são muitas, o que em parte se pode verificar pelas referências ao final deste trabalho, mas segundo os habitantes que vivem nessas áreas, todas essas instituições têm estado muito ausente,²⁰ inclusive a FSA, que foi criada para propor políticas e intervir nessas UC.

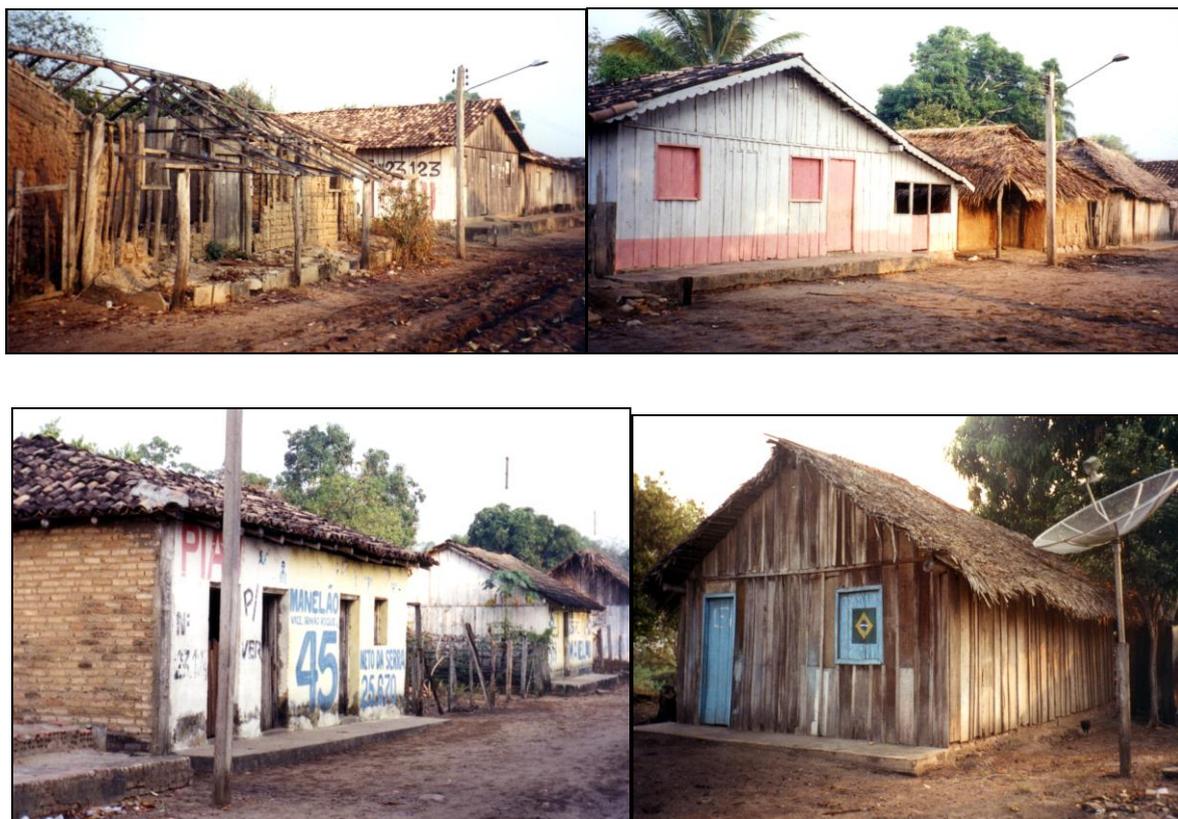
É provável que a violência instaurada e persistente na região tenha se constituído em razão para essa ausência. De fato, de acordo com estudos de Pinto (2000), Redig e Gorayeb (2003), na década iniciada em 1960, surgiram conflitos pela posse de terras, o que resultou na expulsão da população rural e na destruição do ambiente. Aliás, as precariedades ainda são muitas no município, pois as terras são fracas para a agropecuária, os trabalhadores rurais não dispõem de equipamentos modernos, há deficiência quanto ao setor viário, escola, saúde e crédito. De todo modo, conforme informes obtidos junto à presidenta atual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Geraldo do Araguaia – STR de SGdoA (Rosinete Lima da Silva, 32 anos, 2005, i. v.), ultimamente, o INCRA implantou vários PA no município e região e muitos outros estão para serem criados.

Também, esses autores revelam ser essa uma região que ficou à margem das políticas públicas secularmente propostas pelas autoridades constituídas, o que a transformou em cenário perfeito para a Guerrilha do Araguaia (Pinto, 2000; Redig, Gorayeb, 2003). Em 1964, o Partido Comunista do Brasil – PCdoB deu início, em SGdoA, à instalação da base de guerrilheiros que ocuparam áreas de difícil acesso e, concomitantemente, de grande tensão social. Em 1973, o Exército inicia uma campanha de cerco e em sua terceira investida conseguiu exterminar a Guerrilha em fins do ano de 1974 (Ferreira, 2003). E, apesar das tantas transformações ocorridas desde então nessa região, os conflitos sociais persistem, que em muito resulta de uma situação fundiária que prima pela concentração de terras e da destruição dos demais recursos naturais, precisamente, da floresta e do pescado. Nessa perspectiva, existe uma lista com nomes de lideranças dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais locais ameaçadas de morte, que inclui a presidenta do STR de SGdoA.

Além disto, a pesquisa evidenciou a existência de problemas culturais e sócioambientais pelos quais passam os habitantes dos municípios SGdoA e de Xambioá, em cuja are ou no limite se encontram as UC em discussão. O próprio município de SGdoA, as vilas de Santa Cruz dos Martírios – que em parte se vê na montagem da Figura 13 – e Sucupira e, ainda, a cidade de Xambioá, que se

²⁰ Aliás, essa é uma situação que persiste praticamente desde a criação dessas UC, sendo que o *Paper* de Pinto (2000) não deixa dúvidas ao revelar a inércia do poder público quanto à conservação dos recursos naturais e culturais nelas encontradas e a situação de abandono dos habitantes. Por sua vez, em 2003, Noé von Atzingen (apud Evangelista, 2003, p. 8), um dos líderes do processo que resultou na criação do PESMA e da APA Araguaia, ressaltou que “O Parque esta abandonado e o estado [do Pará] não tem oferecido nenhuma estrutura”.

localiza na margem esquerda do Araguaia, em Tocantins, enfrentam pressões culturais de várias ordens. Dentre as mais evidentes, estão as relacionadas à pecuária extensiva e, também, ao fato de a grande maioria da população ser formada por migrantes que em princípio desconheciam a região, por serem provenientes de várias partes do país. A maior parte da população regional chegou sem em meados dos anos de 1050 e depois nos anos de 1970, o fez sem capital para investir na produção com um mínimo de cuidado em termos ambientais e com os recursos naturais existentes na região. A mesma chegou para se engajar no agroextrativismo, e logo, consolidou a ocupação da região.



Figuras 13: Montagem com vistas parciais da vila de Santa Cruz dos Martírios. Foto: Ligia Simonian, 2005.

Entretanto, a vila de Santa Cruz dos Martírios é de ocupação não indígena antiga. Nas Figuras 14 e 15, tem-se duas moradoras dentre as mais antigas que nasceram nessa localidade: Luzia Merco Montel, 70 anos, e Petronila Batista dos Santos, 83 anos. As duas, que apesar de terem trabalhado muito em atividades agroextrativistas, de acordo com seus depoimentos

(Simonian, 2005a), têm dificuldades para sobreviver com o pouco que conseguiram acumular e com a aposentadoria de trabalhadoras rurais. Assim a Sr^a. Luzia decidiu abrir um estabelecimento de venda de pequeno porte, na expectativa de aumentar sua renda. Aliás, essa é uma estratégia socioeconômica utilizada com frequência, não apenas em áreas interioranas, mas também nas periferias das cidades.



Figuras 14 e 15: Montagem em que aparece Luzia em sua mercearia e Petronila no ambiente de sua cozinha. Fotos: Simonian, 2005.

A considerar-se a realidade local, há de se discutir a questão da família, tanto em relação à sua fragilidade no sentido de poder garantir um futuro promissor à prole, quanto à violência persistente, a qual continua a afetá-la de algum modo. Como posto por Simonian (2003a) em artigo sobre a família na Amazônia, a mesma é, desde tempos imemoriais, permeada por contradições, tensões e violências diversas. Em SGdoA, a violência perpassa insistentemente as relações sociais e atinge as famílias, o que, apesar dos muitos silêncios, também pôde ser identificado nas vilas inseridas na APA Araguaia e no PESMA, ou seja, em Santa Cruz dos Martírios e em Sucupira. O espancamento de mulheres é relativamente comum e diz-se estar associado ao alcoolismo, que é disseminado na região. Nas Figuras 16 e 17, vê-se aspectos dos contextos familiares desses lugares.



Figura 16: À esquerda, veja-se a família do Sr. e Srª. Francisco Rodrigues Costa, 62 anos, e Maria Vanda Pereira Costa, 40 anos. Fotos: Simonian, 2005.



Figura 17: O casal Lázaro Morais dos Santos, 56 anos, e Malinólia dos Santos, 43 anos²¹. Fotos: Simonian, 2005.

A questão da infância pode ser considerada grave em SGdoA. Por exemplo, a presença de menores nos bares e boates é uma questão grave em âmbito municipal, principalmente, porque é a partir desses ambientes que se dá o aliciamento de menores, mulheres etc. Em entrevista feita com a direção do Conselho Tutelar – CT local, tem-se, para 2004, 62 casos de aliciamento de menores e de estupro; ainda, tem-se casos diários de mau tratos de crianças (Simonian, 2005a). E, apesar desta situação, o CT de SGdoA continua sem estrutura e sem possibilidade de avançar no trabalho. Em Santa Cruz dos Martírios e em Sucupira, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI não se faz presente, mas segundo a assistente social que atua no setor – Honorata Cláudia S. dos S. Furtado (37 anos, 2005) mesmo onde se intervém em termos de ação social no município, não se consegue erradicar os problemas mais graves relativos à infância²². Portanto, foi com razão que a administração de SGdoA passou, há pouco, por um processo de investigação empreendido pelo governo do Pará, o que resultou em exigência de mais investimento e ações junto a esse segmento populacional.

Estas, por certo, são questões prementes, pois sem uma infância saudável as perspectivas de futuro se tornam imprevisíveis. No caso do capitalismo, junto a outros de seus “escarros”, a tendência será um acirramento das condições de miserabilidade das maiorias sociais. E, embora a imprensa tenha recentemente divulgado dados de que a pobreza diminuiu nas áreas metropolitanas do país, inclusive com destaque para Belém do Pará, onde o índice teria sido o maior (Pesquisa, 2006), em grande parte do interior mudanças dessa ordem têm sido praticamente nulas. De fato, nestas áreas, além do trabalho escravo, persiste a violência, a desnutrição e a falta de perspectiva em termos de futuro.

²¹ Respectivamente, provenientes de Nazaré (TO) e do Maranhão.

²² O PETI atua na sede municipal, onde em 2005 atendia 203 crianças e, em Novo Paraíso, nesse mesmo ano atendia um total de 100 crianças.

4.1 FRENTE BOLSISTA

Ultimamente, os benefícios sociais – a exemplo do Programa Bolsa Família – PBF²³ – pagos pelo Estado aos cidadãos de baixa renda na tentativa de minimizar condições de vida muito aquém das necessidades postas pelo contexto em quem vivem, estão a impactar as economias locais. Em parte, esta é uma ação que decorre da política de enxugamento do Estado, pois reflete o neoliberalismo neste momento da globalização, cujas contradições vêm sendo apontadas por muitos, dentre os quais por Appadurai (2002). Dentre estas, tem-se a redução de investimentos em processos produtivos, infraestrutura e serviços essenciais, de oferta de trabalho, juros altos, crise socioambiental etc. O município SGdoA não ficou imune a esse processo e a sua complexidade, o que inclui a resistência dos processos que disseminam e mesmo pioram as condições de pobreza enquanto realidade social.

Nestes termos, a disponibilização pelo governo federal de recursos para os segmentos mais pobres da população, que em seu conjunto é denominado “bolsa família”, está a configurar uma “frente bolsista”. Esse conceito pode ser definido, a partir de Simonian (2005), não apenas a partir das possibilidades que o acesso a recursos, ainda que mínimos, permitem a um número significativo de pessoas, mas também porque este mecanismo provedor e ao mesmo tempo mitigador está sendo utilizado na maioria dos municípios brasileiros e em muitas outras áreas do mundo, embora com identificações distintas. Por sua vez, conforme Brasil (2004), o Estado tem o PBF como uma proposta temporária.

A finalidade mais específica desta frente bolsista governamental é a de contribuir no sentido de que a família consiga garantir o estudo para a prole, conforme dispositivo constitucional (Brasil. Constituição, 1988). De todo modo, esse é um conjunto de recursos que tende a permanecer nos *loci* onde é pago o que contribui com a implementação de projetos ainda que de âmbito micro. Dentre estes, tem-se o aumento da quantidade e ou da qualidade de alimentos consumidos, o acesso a medicamentos, garantia de condições um pouco melhores de estudo para os filhos, a reforma ou aquisição de casa própria ou o começo de um negócio de natureza pequena. Pelo que Campos (2005b), Pinto (2005) e Simonian (2005b) levantaram em SGdoA, é esse recurso que está garantindo um consumo mínimo para a população, especialmente nas vilas de Santa Cruz dos Martírios e Sucupira, ambas situadas no entorno do PESMA, ou seja, no contexto territorial da APA Araguaia.

Como em outras tantas áreas brasileiras, também em Santa Cruz dos Martírios, o PBF encontra-se eivado de ilegalidades disseminadas. Nesta área e em especial nesta vila, uma parte significativa das famílias recebe esse benefício, porém algumas deixam de cumprir o compromisso

²³ Este Programa traz a assinatura da administração federal Lula da Silva (Brasil. Casa, 2004).

com a educação escolar dos filhos. Sabe-se que são cerca de 30% das famílias que têm filhos estudando que recebem esse benefício. Porém, como referido por Simonian (2005b), há todo um envolvimento com fraude, conivência e cooptação.

Diga-se, ainda, que este é um fenômeno que ocorre em diversas partes do país, conforme a imprensa tem divulgado com frequência, como, por exemplo, em Belo Horizonte – MG onde o Conselho de Acompanhamento do PBF constatou cerca de 300 casos de fraude, ou ainda, no caso de Tarrafas – CE cuja prefeita foi denunciada por constar na lista dos beneficiários do Programa (Descobertos, 2005; Mecanismos, 2005). Precisamente, os problemas surgem já com desvios no cadastramento das famílias que em princípio deveriam receber esse benefício. E, inclusive, em reunião realizada com os moradores de Santa Cruz dos Martírios – que se vêem em imagem parcial nas Figuras 18 e 19 –, essa problemática foi revelada e discutida abertamente, o que indica que a mesma é do conhecimento público. Então, também se identificou e discutiu outros problemas dessa população e localidade.



Figura 18: Aspecto da reunião realizada com moradores da vila Santa Cruz dos Martírios, em setembro 2005. Fonte: L. Simonian, 2005.



Figuras 19: Outro ângulo da mesma reunião. Fonte: L. Simonian, 2005.

Na oportunidade, e respondendo a uma pergunta sobre o porquê dessa situação, a professora responsável pelo PBF informou que recebe ameaças dos pais que não cumprem com as obrigações. Precisamente, tal descumprimento de obrigações quanto a esse Programa diz respeito ao caso de não enviarem a prova de frequência às aulas e, como teme pela sua vida e a de familiares, termina cedendo às pressões (Simonian, 2005a). E, em face de tal depoimento, perguntou-se se a administração da escola não temia um processo criminal, mas a resposta foi de quase surpresa, como se não tivessem tomado consciência sobre a gravidade da situação com a qual estavam cooptando.

Por sua vez, em Sucupira, são poucas as famílias que recebem recursos do PBF. Por exemplo, em relação às famílias dos alunos de um turno da escola local, de um total de 18 apenas seis recebia esse apoio financeiro em 2005 (Simonian, 2005a). Também, quando chega, a merenda escolar é muito insuficiente, portanto, não atende às necessidades das crianças que frequentam as escolas locais. Na Figura 20, tem-se crianças da Escola Wildenberg de Oliveira Assis – que existe nessa localidade, se encontram acompanhadas pela professora; elas não recebem merenda e nem o material didático mínimo. Nestes termos, o que dizer sobre possibilidades de acesso à biblioteca, laboratórios, viagens de estudo e inclusão digital, o que é minimamente essencial para uma educação de qualidade?



Figuras 20: A professora Quitéria de Cássia Oliveira, 37 anos, e alunos e alunas em frente ao prédio I da Escola Windenberg de Oliveira Assis, de Sucupira. Fonte: L. Simonian, 2005.

Dentre os vários problemas apontados, está a precariedade do ensino, pois os moradores e as moradoras reivindicam o ensino para além da 8ª série do ensino de primeiro grau (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b). Sabe-se sobre a importância da organização social da comunidade uma vez que foi muito comentado sobre a existência de uma associação de moradores que está registrada, mas não funciona de fato (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b). A trafegabilidade das estradas, a implantação de linhas telefônicas, a reativação da associação de moradores, a urgência da energia elétrica, a efetivação do posto de saúde, são algumas das dificuldades dos moradores de Santa Cruz dos Martírios que se orgulham de não haver nenhum registro de violência no tocante à segurança de sua vila (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b). Porém, violências de ordens diversas são ali evidentes, a exemplo de agressões físicas e verbais envolvendo questões de ordem passional, algumas das quais com seqüelas graves.

Ante uma situação que estampa o que se pode denominar de “exclusão social total”, como construir a esperança? De fato, como não há mágica que solucione questão tão complexa, uma revolução cultural teria que ser empreendida, conforme posto por Simonian (2005c) em outro trabalho. Entretanto, pelo que as tendências recentes da política e sociedade brasileira e mesmo mundial sugerem, pouco há por se fazer, a não ser os já desgastados “projetos” pilotos e/ou projetos pontuais, que se transformam no sentido positivo são realidades apenas localizadas.

5 AS TENDÊNCIAS CULTURAIS RECENTES

O interesse pela preservação da Serra dos Martírios/Andorinhas vem desde 1989, quando o patrimônio natural e cultural revelado pelas pesquisas realizadas pelo MPEG e pela FSA subsidiou o processo de tombamento da área pelo governo do estado do Pará. Posteriormente, com o objetivo de efetivar a preservação dessa área, foram criadas duas UC em 1996, conforme anteriormente posto. Pelo que dispõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Brasil, Lei, 2000), as UC prevêem a melhoria da qualidade de vida das comunidades do local através de programas e projetos de desenvolvimento, a serem estabelecidos no plano de manejo das mesmas. Porém, pelo que se observou em campo, o plano de manejo ainda não foi realizado²⁴.

Porém, muito antes da criação das mesmas UC, a FSA já estava realizando atividades sociais e educativas com as populações locais e as de seu entorno. Nos projetos efetivados por essa Fundação, destacam-se:

- 1) educação em geral, por causa da precariedade da situação das escolas, além do que havia crianças sem escola; por isso foi realizado um treinamento para os professores e criada uma escola na vila de Sucupira;
- 2) educação ambiental, cujos resultados foram a diminuição de caça predatória, redução das queimadas e a formação de viveiros de mudas em Santa Cruz dos Martírios, bem como arborização e limpeza das ruas;
- 3) educação voltada para a saúde, especialmente na área de vacinação, exames preventivos, higiene e saneamento;
- 4) curso realizado na comunidade dessa vila para utilização do babaçu na fabricação de produtos de limpeza tais como sabonetes, xampus, sabão;
- 5) urbanização da mesma, principalmente com os sistemas da captação e distribuição de água (Atzingen, Mattos, 1995).

Alem desses projetos, como evidenciado por Pinto (2000) e por Pureza (1996), a FSA, em 1996, implementou um projeto de ecoturismo na Serra dos Martírios/Andorinhas, com o objetivo de valorizar a paisagem e distribuir renda.

Apesar de todo o esforço feito pela FSA, no sentido de melhorar as condições de vida das populações do PESMA e da APA Araguaia, a realidade atual parece não ser a mais adequada. No que diz respeito à educação formal, por exemplo, essa Fundação manteve professores na área e implantou uma biblioteca na vila de Santa Cruz dos Martírios; ela foi queimada em incêndio provavelmente criminoso, mas que não foi investigado. Essa mesma vila possui somente a Escola Municipal Pedro Gomes da Silva, onde se ensina somente até à 8ª. série do ensino fundamental, o qual foi instituído em 2002 (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b); para uma vista do prédio dessa escola, ver a Figura 21. Essa escola possui somente dois professores com nível superior nas áreas de história e geografia, sendo que os demais têm apenas o ensino médio como formação.

²⁴ Conforme o depoimento da atual presidente da Fundação Serra das Andorinhas (FSA), a pedagoga e professora Maria de Lourdes da Cruz Silva Freitas, a produção do PM está sendo realizado pela UnB.



Figura 21: O prédio da Escola Municipal Pedro Gomes da Silva, de Santa Cruz dos Martírios. Fonte: L. Simonian, 2005.

Na vila de Sucupira, a realidade da educação formal não é diferente, se não pior; na Figura 22, vê-se um dos dois prédios que a escola local ocupa. A mesma ensina somente até a 8ª série do ensino fundamental, sendo que os professores têm somente ensino médio; porém em alguns casos eles têm ensino médio incompleto cursado através do projeto Gavião (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b). A realidade educacional em ambas as vilas está longe de atender as necessidades das comunidades, tendo em vista que sem uma educação formal de qualidade, as possibilidades de projetos sustentáveis ficam comprometidas, principalmente pela inexistência de ensino médio, através do qual poderiam ser direcionadas teorias e práticas sustentáveis.



Figuras 22: O prédio II da Escola Windenberg de Oliveira Assis, que fica na entrada da vila Sucupira. Fonte: L. Simonian, 2005.

Ainda, outros problemas afetam a vida dos habitantes das UC da Serra dos Martírios/Andorinhas. No caso específico da vila de Santa Cruz dos Martírios, conforme registros de Campos (2005b), Pinto (2005) e de Simonian (2005b), os principais problemas apontados pelos moradores são: (1) transporte – devido às péssimas condições da estrada que dá acesso à vila, além disso, o é feito somente duas vezes por semana; (2) telecomunicação, devido à inexistência de telefonia pública (orelhões); (3) energia elétrica que é limitada ao horário das 18:00 as 22:00 horas, gerada com motor a diesel fornecido pela prefeitura de SGdoA²⁵; (4) na saúde, os moradores reclamam da falta de medicamentos e dentistas; o Programa Saúde da Família - PSF inexistente, contudo, a água é de qualidade boa, cujo sistema de abastecimento através da captação de água da serra foi feito pela FSA.

Na vila de Sucupira, ainda de acordo com os mesmos autores (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b), os problemas são mais graves: (1) inexistência de energia elétrica fornecida pelo poder público; luz elétrica somente quando os moradores conseguem da prefeitura ou de doações que eles próprios fazem de óleo para o motor; (2) o transporte também é precário, sendo feito somente três vezes por semana; (3) sistema de abastecimento de água não existe e usa-se água de poço. E, em Sucupira existe uma usina movida a óleo diesel, para descasque de arroz, a que se vê na Figura 23; os moradores de outras localidades levam o seu produto para ser descascado ali, porque, segundo afirmam, barateia o custo.



Figura 23: Vista parcial da vila Sucupira e, à direita, no primeiro plano, o prédio da usina de arroz local²⁶. Fonte: L. Simonian, 2005.

²⁵ Todavia, segundo os moradores, o Projeto Luz no Campo – PLC do governo federal está previsto para chegar à vila em 2007.

²⁶ Esta pertence à família do casal Maria Margarida dos Santos, 45 anos, e Aldon Andrade dos Santos, 47 anos, ambos provenientes de Sergipe, respectivamente há oito e 12 anos.

Também, na Serra dos Martírios/Andorinhas há problemas fundiários. Estes ocorrem, principalmente, na vila de Santa Cruz dos Martírios. Esta situação está relacionada com a sede da Agropecuária Andorinhas Ltda (ex-sede da FSA), que fica ao lado da vila e em vista parcial, juntamente à placa de identificação e à foto de Adão Alves da Silva, 39 anos, o responsável, se vê nas Figuras 24, 25 e 26, que tem como proprietário (sic) o empresário Cristian de tal, de nacionalidade alemã. Ele ainda se apresenta como dono de uma fazenda na área da serra, tendo inclusive, segundo alguns moradores, comprado a vila de Gameleira e terras adjacentes (Campos, 2005b; Pinto 2005; Simonian, 2005b). Conseqüentemente, esta vila não existe mais e os moradores migraram; alguns foram para Itupiranga, Palestina e Brejo Grande, e outros fixaram residência na vila de Santa Cruz dos Martírios, ocasionando o surgimento da “rua nova”, isto depois de ter gasto todo o recurso auferido com a venda ao empresário ora referido.



Figura 24: Placa indicando uma reclamada propriedade (sic) por parte da Agropecuária Andorinhas Ltda., junto à ex-sede da FSA. Fonte: L. Simonian, 2005.



Figura 25: Aspecto da estrutura da ex-sede da FSA e atualmente reclamada como propriedade (sic) pela Agroindústria Andorinhas. Fonte: L. Simonian, 2005.



Figura 26: Por ocasião da pesquisa de campo, Adão Alves da Silva administrava o dia-a-dia dessa sede, recebe hóspedes e turistas e ainda desenvolve todas as atividades que as respectivas estadias demandam. Fonte: L. Simonian, 2005.

No aspecto cultural, especialmente quanto às manifestações folclóricas e religiosas, destaca-se a Festa do Divino, que foi trazida pela região pelos migrantes provenientes de Minas Gerais. Ela se realiza durante o mês de junho, no sétimo domingo após a Páscoa, e vem sendo objeto de observação da FSA, desde 1992. Segundo Mattos (1999), esta Festa tem origem na tradição lusitana; sua realização celebra Pentecostes e tem como elemento constitutivo central o pagamento de promessas através de rezas, terços, procissões e cantorias feitas durante dias e noites. Além do lado sagrado, há também o seu lado profano, a exemplo do consumo de comidas e bebidas especiais e de

entretenimentos como música ao vivo e danças. Nas Figuras 27 e 28, vê-se a chegada de romeiros e a entrada na Casa de Pedra, um sítio geológico e arqueológico existente no topo da Serra dos Martírios/Andorinhas.



Figura 27: Aspecto da chegada de romeiros na área da Casa da Pedra²⁷.
Fonte: Noé von Atzingen, 1992.

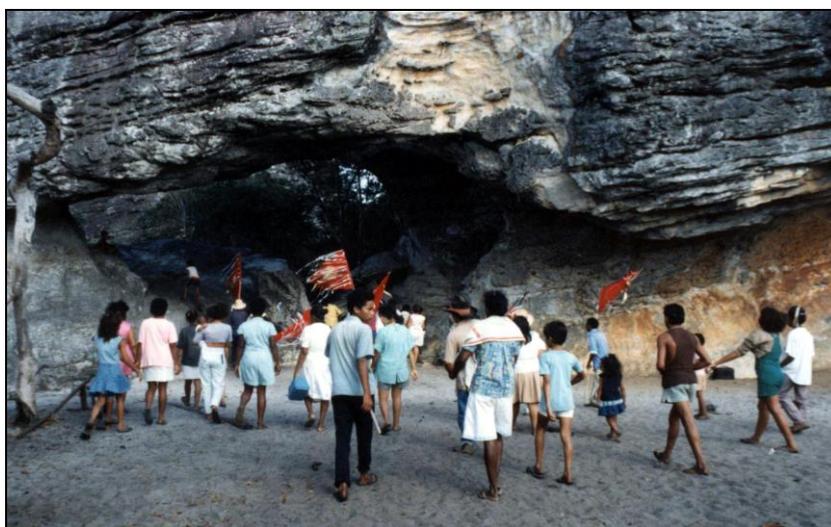


Figura 28: Entrada de romeiros na Casa da Pedra²⁸.
Fonte: Noé von Atzingen, 1992.

²⁷ Na classificação do autor, esta figura aparece como Foto 8175 - Casa da Pedra / Divino (06/1992).

²⁸ Na classificação do autor, esta figura aparece como Foto 8164 - Casa da Pedra / Divino (06/1992).

A Festa do Divino acontece na Casa de Pedra, que é um conjunto de abrigos-sob-rocha, onde em alguns desses, existem pinturas rupestres de grupos pré-coloniais. Durante a festa, conforme Mattos (1999), diversos grupos de Divino se reúnem, vindo de várias localidades, alguns chegam a caminhar mais de 30 km, para participar da festividade. Nesse sítio, segundo a autora, é mantida a “igreja da trindade”; tal fato pôde ser confirmado em pesquisa de campo (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b), onde na gruta principal, na entrada existem cruzeiros e dentro, uma santa, o que se vê na Figura 29 e 30.



Figura 29: Altar existente na Casa de Pedra. Fonte: L. Simonian, 2005.



Figura 30: Cruzeiros existentes antes da entrada da Casa de Pedra. Fonte: L. Simonian, 2005.

A fim de permanecer na Casa de Pedra por vários dias, os “grupos de divino” – em geral identificados pelas respectivas localidades – utilizam os abrigos e as cavernas para se alojarem ou

improvisam barracas nas proximidades, como se pode observar nas Figura 31. Tal situação tem levado à descaracterização crescente de outro patrimônio cultural, isto é, do patrimônio arqueológico, principalmente, pela evidência de atos de vandalismo feitos sobre este sítio arqueológico com pichações (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b). Portanto, é da maior importância um projeto que se volte à conscientização dos grupos envolvidos com a Festa do Divino e o poder público local no sentido de também preservar o patrimônio ambiental e arqueológico como testemunho de uma paisagem geológica antiguíssima e da memória da Serra dos Martírios/Andorinhas²⁹.



Figuras 31: Alojamento e barraca encontrados no sítio Casa de Pedra.
Fonte: L. Simonian, 2005.

Também, quanto à religiosidade entre a população das UC da Serra dos Martírios/Andorinhas e entorno, nota-se uma expansão do protestantismo. De fato, até recentemente, a mesma professava a religião Católica Apostólica Romana. Na vila de Santa Cruz dos Martírios, observou-se que a menor parte dos moradores é protestante fundamentalista e ligada à igreja Assembléia de Deus, inclusive, os residentes da “rua Nova” migrados da Gameleira³⁰; na Figura 32, tem-se um dentre os que concordaram em deixar as terras de Gameleiras. Notou-se, a partir dos depoimentos (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b), tanto uma decepção por parte da maioria quanto às conversões que vêm se realizando, como uma contrariedade acerca da presença constante do pastor protestante fundamentalista e do divisionismo social que essa expansão está a provocar.

²⁹ Nestes termos, será possível manter o passado e o presente, ou seja, o pré-colonial e o complexo cultural do Divino Espírito Santo, que resulta da tradição lusitana e de elementos da cultura brasileira.

³⁰ A presença desses migrantes que antes viviam da Gameleira está acirrando os conflitos fundiários nessa vila (Simonian, 2005b), embora tenham vendido suas posses, no caso, para Christian de al, que lá formou uma fazenda. Este alemão é o mesmo que se considera dono das terras e bens que antes pertenciam à FSA.



Figura 32: Iro Reis da Cruz, 20 anos, socando arroz no pilão. Foto: L. Simonian, 2006.

E, quanto à Festa do Divino da Casa da Pedra, tais tensões têm se exacerbado. Precisamente, apenas um padre da igreja Católica Brasileira se faz presente. E, a respeito, integrantes de “grupos de divinos” revelam uma mágoa que dizem ser disseminada quanto à ausência dos padres da igreja Católica Apostólica Romana. Segundo entrevista dada à Simonian (2005b), um dos padres da Paróquia de SGdoA informou que a recusa em participar dessa Festa do Divino se deve ao fato dos “romeiros” só se interessarem por ela e não por uma vida baseada nos ensinamentos da igreja, o que considera muito mais amplo em termos de religiosidade. Uma tal postura sugere um distanciamento por parte desses padres – e por certo do bispado regional e quiçá da igreja como um todo – em relação aos segmentos populacionais que anualmente se deslocam à Casa da Pedra para as homenagens ao Divino Espírito Santo.

Neste ponto, é de se ressaltar o domínio do que se pode definir como a “cultura do boi” (Simonian, 2005b)³¹ na região e, em particular, no município de SGdoA. A mesma tem por base todo o processo de expansão da pecuária, conforme posto anteriormente, o que é reportado desde os tempos

³¹ No centro-oeste do país, no âmbito das artes, usa-se o conceito de “bovinocultura”, principalmente, a partir do artista plástico Humberto Espíndola, 63 anos (Simonian, 2006b).

coloniais, mas especialmente a partir dos anos iniciados em 1960 e 1970. Assim, além das atividades produtivas *strictu sensu*, eventos culturais os mais diversos se relacionam à pecuária – transformação da paisagem, rodeios, vaquejadas, restaurantes tipo churrascaria dentre outros. Também, isto acontece quanto à imagética e iconografia encontrada nos contextos da cultura material regional, ou seja, na alimentação, na indumentária, na pintura ligada à propaganda de produtos específicos – como se pode observar na Figura 33, a seguir – na instituição de produtos-prêmios etc.³².



Figura 33: Série de trabalhos artísticos iconizados em *marketing* ou mesmo como brinquedos. Fotos: Simonian, 2005.

³² Por exemplo: consumo dominante de carne bovina na alimentação, estilo *country* na indumentária, imagens de bovinos na pintura (ou outras mídias) de fachadas de identificação e propaganda de casas de comércio e em painéis de propaganda, destinação de reses como prêmios de bingos, sorteios etc.

E a tomar-se ainda essa cultura, têm-se desdobramentos sociais locais plenos de contradições. Dentre estes, destaca-se: a relação entre o trânsito constante de caminhoneiros e de outros profissionais ligados à produção e comercialização de produtos vinculados à pecuária e a expansão da prostituição; e a persistência dos crimes de encomendas (Campos, 2005b; Pinto, 2005; Simonian, 2005b). Essa primeira questão pode vir a se tornar ainda mais preocupante, principalmente, se o turismo for viabilizado nas UC locais, ou seja, no PESMA e na APA Araguaia, sem o estudo de impactos sócioambientais e sem a implantação de programas voltados ao pleno emprego, sem o incremento da renda e sem a melhoria da qualidade de vida.

E, como o PM para o PESMA ora em preparação tem como uma de suas linhas mestras o turismo, resta saber como está sendo pensado e como vai ser implantado (Pinto, apud Pinto, W, 2005), pois segundo Carpozov (2004), dentre outros, essa atividade do terceiro setor da economia constitui-se em condição de sustentação da prostituição, inclusive, a de menores. Essa é uma questão de importância no contexto regional, pois o Pará é frequentemente citado quando se discute a questão da prostituição e do tráfico de mulheres, crianças e de homossexuais, a exemplo do que ocorreu por ocasião da última Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI a respeito (Gomes, 2005-2004)³³. E, em SGdoA e em Xambioá, os centros urbanos mais próximos, pelo que se pôde levantar *in locus*, a rede de prostituição constitui-se em ameaça principalmente para jovens e crianças.

Essa perspectiva cultural também busca distanciar-se de qualquer realidade que envolva a diversidade. Nestes termos, a existência da TI Sororó e dos indígenas Aikewara no âmbito territorial e social municipal é desconsiderada por grande parte do poder público municipal e da sociedade são-geraldense. Pelo que se ouviu de dirigentes municipais durante a pesquisa (Simonian, 2005b), toma-se esta TI e indígenas como que enguetados e de responsabilidade única da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA, o que por certo contraria a Constituição Federal (Brasil. Constituição, 1988). Inclusive, a linguagem usualmente utilizada é depreciativa quanto aos indígenas,³⁴ estes, junto às terras que lhes foram demarcadas, são vistos como no tempo da ditadura militar que se seguiu a 1964 no país, como “entraves ao desenvolvimento”.

Um outro aspecto, mas certamente não o último quanto à “cultura do boi” em SGdoA, refere-se ao domínio do investimento em terras, formação de fazendas criatórias e em gado, em detrimento de outras questões também centrais. Assim, inexiste uma preocupação mais geral de parte da sociedade e mesmo das autoridades que vêm administrando o município quanto a muitos aspectos do cotidiano, a exemplo da educação (Simonian, 2005b). Precisamente, pouco investimento tem se feito

³³ Respectivamente realizada pela Câmara Federal de Deputados e Senado Federal.

³⁴ Por exemplo, eles foram mencionados por mais de um de tais dirigentes, como quem vem à cidade para “[...] pedir o que a administração não pode dar”, “fazer baderna”, “beber” (Simonian, 2005b), posições que descontextualizam as condições de vida impostas aos indígenas no período colonial e pós-colonial.

nesta direção, o que provoca a importação sistemática de mão-de-obra especializada. E, se as famílias investem na educação dos filhos, estes dificilmente retornam ao município, o que se configura como um processo de evasão de recursos, o que é comum em municípios de porte pequeno e de infraestrutura deficiente.

Ainda, em termos sociais, há de se anotar a quase inexistente capacidade organizativa da população do PESMA e da APA Araguaia, o que difere em muito do capital social (Putnam, 1999) da elite local ligada à agropecuária. Nestes termos, a Associação de Moradores da Vila de Santa Cruz dos Martírios foi criada na década passada na vila de Santa Cruz dos Martírios, porém na prática sempre esteve inativa. Nas entrevistas e conversas informais mantidas durante a pesquisa de campo, muitos moradores e muitas moradoras demonstraram ter consciência desse limite e, eventualmente, aproveitaram a oportunidade para acusar outros e outras pela inércia da Associação. De todo modo, reconheceu-se da urgência em se mobilizar a população local e ativar essa Associação. O mesmo ouviu-se em Sucupira, onde a questão dos movimentos sociais organizados tem estado completamente ausente. Assim, se essa preocupação se impor e vir a se tornar realidade, quem sabe se uma tendência pautada por dinamismo, mudanças e situações mais animadoras não se disseminarão entre os e as habitantes das UC em análise e do município como um todo.

7 CONCLUSÕES

A considerar-se o sudeste do estado do Pará e em especial o município de SGdoA ao longo das últimas décadas, tem-se não uma surpresa mas a constatação de que se tem mais impasses e limites que avanços quanto às políticas públicas para a conservação dos recursos naturais. De fato, as evidências produzidas em campo e as imagens de satélite disponíveis são reveladoras do muito que se perdeu em termos ambientais. Conseqüentemente, não apenas o meio ambiente em si perde em termos de biodiversidade, resistência dos solos e salubridade das águas, como as populações humanas também passam a ter que lidar com a crescente extinção e/ou escassez de recursos e dificuldades para produzir a própria reprodução biossociológica.

No que diz respeito à abordagem conceitual, as interpretações ligadas à problemática das contradições, dos conflitos e mesmo das violências demonstram-se imprescindíveis quando se está a analisar a realidade das UC. A mesma permite uma compreensão mais aproximada das UC enquanto centro de atenções do Estado, da sociedade mais ampla e das populações que vivem em seu interior ou em áreas de entorno. De todo modo, as análises inspiradas na teoria do sistema podem auxiliar no entendimento das UC enquanto totalidade e parte de um sistema de UC, inclusive a partir da definição

legal. Uma leitura a partir do PESMA e da APA Araguaia revela agressões, distorções e limitações das ordens as mais diversas, o que de certo modo anula a letra da lei e torna irrelevante a importância da natureza em si e dos direitos das populações que vivem nesse contexto ou no seu entorno.

A trabalhar-se a questão da historicidade, da cultura do social, depreende-se que a área foi riquíssima em termos de recursos naturais e biodiversidade, que a ocupação humana é antigüíssima e que, sucessivamente, diversas culturas ali se desenvolveram e/ou continuam a se desenvolver. Ultimamente, no entanto, a destruição ambiental se impôs, em um processo em que participaram o Estado e as elites econômicas que se instalaram na região e no município de SGdoA. Aliás, foi neste contexto que os guerrilheiros do PCdoB sonharam mas foram vencidos, uma experiência em que a violência foi exacerbada e as delações uma realidade que diminuiu a humanidade. Também, a pobreza em meio à riqueza viabilizada pela “cultura do boi” – acima visualizada através de imagens fotografadas – se tornou resistente, como que a impedir a mudança social. Enfim, durante o trabalho de campo, a violência fundiária, a inexistência de oportunidades para a maioria, a prostituição e o descuido com a infância e a adolescência se tornaram os desdobramentos mais perceptíveis, visíveis e comuns.

Assim, o PESMA e a APA Araguaia encontram-se agonizantes, principalmente porque premidos pelo fogo que se alastra a cada ano, mas também pelas águas plenas de resíduos que estão a desgastar as inscrições rupestres milenares. Deste modo, reduz-se a cada dia as possibilidades de um desenvolvimento sustentável no futuro próximo, o qual poderia incluir turismo sustentável, dentre outras possibilidades produtivas. E, se as ações recentemente implementadas pelo estado do Pará na área vão resultar em mudanças, é uma questão ainda sem resposta. Por certo, a garantia de uma democratização competente do processo em questão poderá se constituir em sinal de esperança.

Enfim, é de se esperar por recursos financeiros, por ações adequadas às UC locais e por seriedade, sob pena de se produzir um plano de manejo que nada signifique quanto às transformações que se fazem necessárias nessa área. Certamente, as urgências são muitas, mas a reversão do processo destrutivo da natureza e uma inclusão social “verdadeira” e que fuja ao padrão da “frente bolsista” são imperativos inadiáveis. Um começo pode se constituir a partir de um trabalho denso para recuperar a confiança da população das vilas de Santa Cruz dos Martírios e de Sucupira, que se encontra cansada da guerra diária pela sobrevivência, que inclui tantas promessas mal ou não cumpridas. De todo modo, que o futuro lhe seja diferente.

Referências

- ALLEGRETTI, M. H. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Brasília, 2002. 811 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. (Ilustrada).
- APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X.; ROSALDO, R. *The anthropology of globalization: a reader*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA E TOCANTINS (AMAT). *Sul e sudeste do Pará: hoje*. Belém: AMAT, 1996.
- ATZINGEN, N. von. *Arquivo fotográfico*. Marabá: FCCM, 1992.
- _____. et al. *Arqueologia da Serra das Andorinhas – São Geraldo do Araguaia (1987 – 1996)*. Marabá: FSA, 1996. 15 p. Mimeografado.
- _____.; MATTOS, M. V. B. Relatório geral de atividades. Marabá: FSA, 1995. 18 p. Mimeografado.
- BECKER, B. K. A (des) ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K; CRISTOFOLETTI, A; DAVIDOVICH, F. R; GEIGER, P. P. (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- _____. Amazônia sem extremismos. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, FAPESP, Edição 10, agosto 2004. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br>>. Acessado em: 8 jan. 2005.
- BRASIL. *Código florestal brasileiro*, instituído pela Lei Federal nº. 4.771. Brasília: DOU, 16.09.1965.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Decreto nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta os artigos do SNUC. *Diário Oficial da União*, Casa Civil, Brasília, 23 de ago. 2002.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo demográfico/2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 02 ago.2005.
- _____. Lei nº. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. *Diário Oficial da União*, Casa Civil, Brasília, 16 de set. 1965.
- _____. Lei nº. 9.985 de 18 de junho de 2000. Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 de jul. 2000.
- _____. Lei nº. 10.836 de 9 de Janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família. *Diário Oficial da União*, Casa Civil, Brasília, 12 de jan. 2004.
- BRIDGEWATER, P. B. Landscape ecology, geographic information systems and natural conservation. In: *Landscape ecology and GIS*. London: Taylor e Francis, 1996. p. 37-49.
- BRITO, M. C. W. de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Anablume, 2000.
- CAMPOS, R. I. R. de. *Sustentabilidade e gestão do patrimônio arqueológico? Limites e possibilidades no Maracá (AP), e Serra dos Martírios/Andorinhas (PA)*. Belém, 2005a. 169 f. Projeto

de tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará.

_____. *Notas de campo*. São Geraldo do Araguaia, 2005b. (Arquivo Pessoal).

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: CULTRIX, 1997.

CARPZOV, A. R. L. *A identidade étnica as representações simbólicas dos turistas alemães e das garotas de programa brasileiras, no contexto do turismo sexual do Recife*. Disponível em <<http://www.flacso.org>>. Acessado em 18.mai.2004.

CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Tomo I. (Brasiliana vol. 266). 383 p.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVERNAS; Surpresa [Repórter 70]. *O Liberal*, Atualidades, Belém, p. 3, 11.12.2005.

DESCOBERTOS 300 casos de fraudes no [Programa] Bolsa-Família em Minas. *O Globo*, Rio de Janeiro. 2006. Em: <<http://www.oglobo.globo.com/online/pais/plantao/2005/12/26/189748997.asp>>. Acessado em: 20.jan.2006. EDWARDS, E. Beyond the boundary: a consideration of the expressive in photography and anthropology. In: BANKS, M.; MORPHY, H. (Ed.). *Rethinking visual anthropology*. New Haven: Yale University Press, 1997. p. 53-80.

EHRENREICH, P. Contribuições para a etnologia do Brasil. *Rev. do Mus. Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 7-136, 1948.

EVANGELISTA, R. Santa Isabel: consórcio desiste de usina, mas patrimônio continua ameaçado. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 8, 2003.

FERREIRA, J. C. V. (Org.). *O Pará e seus municípios*. Belém: Rede CELPA, 2003.

FERREIRA, M. R. *As bandeiras de Paraupava*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977. 277 p.

GHIMIRE, K. *Parques e população: problemas de sobrevivência no manejo de parques nacionais na Tailândia e em Madagascar*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1993.

GOMES, Patricia Saboya. [Artigos diversos]. In: http://www.senado.gov.br/web/senador/PatriciaSaboyaGomes/sala/artigos/pacto_turis..., 2005-2004.

HONEY, M. The world travel industry: going “green”? In: *Ecotourism and sustainable development: who owns paradise?* Washington, D. C.: Island Press, 1999. p. 32-59.

KAIMOWITZ, D; MERTENS, B; WUNDER, S; PACHECO, P. *A conexão hambúrguer alimenta a destruição da Amazônia: desmatamento e pecuária na Amazônia*. International Forestry Research Center – CIFOR. In: <http://www.econews.com.br/pec_desm.htm>. Acesso em: 07.jan.2006.

LARAIA, R DE B.; MATTA, R. DA. *Índios e castanheiros*. São Paulo: DIFEL, 1967.

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: EDIFURB, 2000.

LIMA, João Gabriel de. O ano em que a Amazônia começou a morrer. *Revista Veja: retrospectiva 2005*, Editora Abril, Edição 1.937, n. 52, 28 dez. 2005, p. 173-177.

MAGALHÃES, C. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Ed. Nacional. 1975. (Brasiliana, v. 28) 224 p.

- MALINOWSKI, R. *A diary in the strict sense of the term*. New York: Harcourt, 1967.
- MATTOS, M. V. B. Os cantos do “divino da casa de pedra”: reflexões sobre alguns aspectos lingüísticos. In: *Boletim Informativo da Fundação Casa de Cultura de Marabá*. Marabá: Fundação Casa de Cultura de Marabá, 1999. p. 6-24.
- MAURITY, W. C.; ATZINGEN, V. N.; CRESCÊNCIO, G. Estudos espeleológicos na Serra das Andorinhas, São Geraldo do Araguaia – PA. In: *Boletim Informativo da Fundação Casa de Cultura de Marabá*. Marabá: Fundação Casa de Cultura de Marabá, 1999. p. 42 – 62.
- MECANISMOS de controle são insuficientes. *O Povo*, 2006. Disponível em: <<http://www.noolhar.com/opovo/politica/555560.html>>. Acessado em: 20 jan. 2006.
- MOREIRA, Roberto José. *Ecologia e economia: meio ambiente e condições de vida*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural, 1989.
- MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado: ciência da ecologia, pensamento ecológico e movimento ecológico. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org). *Faces do trópico úmido: conceito e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP / NAEA, 1997. p. 53-77.
- NIMUENDAJÚ, C. U. *The Apinayé*. Washington, D. C.: The Catholic University of America, 1938. (Die Apinayé / Mapa).
- NORRIS, R.; WIBER, J. C.; MORALES-MARÍN, L. O. Ecoturismo basado en la comunidad en la selva Maya: problemas y potencial. In: PRIMACK, R. B.; BRAY, D.; GALLETTI, H. A.; PONCIANO, I. (Ed.). *La selva Maya: conservación y desarrollo*. México: Siglo XXI Editores, 1999. p. 374-390.
- OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
- PARÁ. Gerência de Base de Dados Estatísticos do Estado. *São Geraldo do Araguaia: estatística municipal*. Belém: SEPOF, 2005. 36 p. (Mimeo).
- _____. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará – IDESP. *São Geraldo do Araguaia: relatórios*. Belém, 1995.
- _____. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará – IDESP. São Geraldo do Araguaia. *Série municípios paraenses*, n. 7, Belém, 1996a.
- _____. Lei nº. 5.983, de 25 de julho de 1996. Cria a Área de Proteção Ambiental de São Gerado do Araguaia, no Município de São Geraldo do Araguaia e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Belém, 26 de jul. 1996b.
- _____. Lei nº. 5.982, de 25 de julho de 1996. Cria o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Belém, 26 de jul. 1996c.
- _____. Lei nº. 5.441 de 10 de maio de 1988. Dispõe sobre a criação do município de São Geraldo do Araguaia. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Belém, 10.05.1988.
- _____. Lei nº. 5.934 de 29 de dezembro de 1995. Dispõe sobre a criação do município de Piçarra. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Belém, 29 de dez. 1995.
- _____. Lei nº. 5.687 de 13 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do município de Eldorado do Carajás. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Belém, 13 de dez. 1991.

_____. Lei nº. 5.689 de 13 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do município de Palestina do Pará. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Belém, 13 de dez. 1991.

_____. Lei nº. 5.706 de 27 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do município de São Domingos do Araguaia. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Belém, 27 de dez. 1991.

_____. *Mapa do estado do Pará: divisão em meso e microrregiões e respectivos municípios*. Belém: Governo do Estado do Pará. 1998.

_____. *Projeto de geminação de um parque estadual no Estado do Pará e um parque natural em Portugal*. Belém: SEPLAN/SECTAM/IDESP/ CEETA/ ICN/FSA, 1996d. 96 p.

_____. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF. *São Geraldo do Araguaia*. 5 p. Disponível em <<http://www.sepof.pa.gov.br/saogeraldodoaraguaia.cfm>>. Acessado em 03.dez.2005.

PESQUISA constata redução da pobreza. *O Liberal*, Painel, Belém, p. 1, 31 de jan. 2006.

PINTO, P. M. _____. *Notas de campo*. São Geraldo do Araguaia, 2005. (Arquivo Pessoal).

_____. Unidades de conservação da Amazônia: o ecoturismo no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas-PA. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP/UFPA/NAEA, 2000. p. 55-69.

PINTO, P. M.; CAMPOS, R. I. R. de. *Turismo ecológico: uma proposta de desenvolvimento sustentável para a Área de Proteção Ambiental de Belém*. Belém: NUMA/UFPA, 1993.

PINTO, W. Ecoturismo sem compromisso social: dissertação de mestrado analisa política oficial de turismo em área de proteção ambiental. *Beira do Rio*, Belém, UFPA, n. 30, 2005. (Texto produzido a partir de entrevista com Paulo Moreira Pinto).

PUREZA, Z. S. *Discussões preliminares a elaboração de subsídios a uma proposta de turismo para as unidades de conservação da natureza em São Geraldo do Araguaia-PA*. Marabá, 1996, 60 f. Monografia (Pós-graduação em Gestão Ambiental) – Universidade Federal do Pará, jan/1996.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

QUARESMA, H. D. DE A. *O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodão/Maiandeuá*. Belém: NAEA, 2003. 254 p.

REDIG, J. C; GORAYEB, J. G. *Plano de ecoturismo para o PESMA*. Belém, 2003, 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal do Pará, out/2003.

RELATÓRIO Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, 1987.

SANTOYO, M. J. Antropólogos, projetos de desenvolvimento e movimentos sociais. In: ARANTES, A. A., RUBEN, G. R., DEBRET, G. G. (Org.). *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 69-79.

SCHRER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHRER-WARREN, Ilse.; KRISCHKE, Paulo. (Org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35-53.

SERRA das Andorinhas: relatos de uma excursão [1998]. 4 p. Disponível em <<http://www.revistae.arvore.com.br/artigo.php?idartigo=222&class=21>>. Acessado em 03.dez.2005.

SHIVA, V. Biotechnological development and the conservation of biodiversity. In: SHIVA, V.; MOSER, I. (Org.). *Biopolitics: a feminist and ecological reader on biotechnology*. London: Zed Books, 1995. p. 193-213.

SIMONIAN, L. T. L. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia brasileira. In: SCHERER, E. F.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). *Políticas públicas, território, cidades e ambiente na Amazônia*. Manaus: EDUA; São Paulo: Editora Cortez, 2006a.

_____. *Notas de campo*. Campo Grande, 2006b. (Arquivo Pessoal).

_____. *Notas de campo*. São Geraldo do Araguaia, 2005a. (Arquivo Pessoal).

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Bol. do Mus. Par. Emílio Goeldi*, Sér. Ciências Humanas, Belém, v. 1., n. 2, p. 5-19, ma.-ago. 2005b.

_____. Devastação e impasses para a sustentabilidade dos açais no vale do rio Maracá, AP. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROISSMAN, M. (Org.). *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém, 2004, v. 1, p. 233-252.

_____. Reflexiones sobre la familia en la frontera amazónica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales. In: TOVAR ROJAS, P. (Org.). *Familia, Género y Antropología: desafíos y transformaciones*. Bogotá: ICANH, 2003a. p. 396-443.

_____. Prefácio. In: QUARESMA, H. D. *O encanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual/Maiandeuá*. Belém: NAEA, 2003b. p. 19-24.

_____. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: Editora do NAEA/UFPS, 2001. 270 p., il.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas na Amazônia. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém-PA: CEJUP, 2000. p. 09-53.

_____. *T. I. Aikewara*. Informação Técnica. Brasília: CTI/MIRAD, 1997.

_____; SILVA, J. B.; ANDRADE, R. F.; ALMEIDA, A. C. Floresta Nacional do Amapá: breve histórico, políticas públicas e (in) sustentabilidade. *Paper do NAEA*, Belém-PA, v. 1, n. 167, p. 1-44, 2003. _____. (Org.). *Gestão de ilha de muitos recursos, histórias e habitantes: a experiência da Trambioca, Barcarena, PA*. Belém: NAEA / UFPA, 2004. 360 p., il.

SOUZA, E. Parque das Andorinhas: plano de manejo é debatido. *O Liberal / Atualidades*, Belém, n. 31.225, p. 8, 03.12.2005.

STRONZA, A. Anthropology of tourism: forging new ground for ecotourism and other alternatives. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, CA, v. 30, p. 261-283, 2001.

UNIVERSIDADE Federal do Pará. *Projeto Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas: estudos integrados para conhecimento e preservação*. Belém: UFPA, Centro de Geociências, 2001-2002.

VIANA, E. dos S. *Operação ACISO* [no Bico do Papagaio / Serra das Andorinhas]. Disponível em <<http://www.carosamigos.terra.com.br/da>>. Acesso em 03 dez. 2005. (UFPA – Campus de Marabá).

VIECO, J. J. Desarrollo sostenible, organización social y ambiente en la Amazonia. In: FRANKY-CALVO, C. E.; ZÁRATE-BOTÍA, C. G. (Org.). *Imani mundo: estudios en la Amazonia colombiana*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia / IAI, 2001. p. 47-70.

VIERTLER, R. B. A idéia de “sustentabilidade cultural”: algumas considerações críticas a partir da antropologia. In: BASTOS FILHO, J. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Org.). Recife: Editora UFPE, 1999. p. 17-35.

Revisão de Texto: Ligia T. L. Simonian